



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 104

PORTO VELHO-RO, TERÇA-FEIRA, 25 DE JUNHO DE 2019

ANO VIII



SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA.....	Capa
SUP. DE RECURSOS HUMANOS.....	2491
SECRETARIA GERAL.....	2498
SECRETARIA LEGISLATIVA.....	2498
SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES.....	2502

TAQUIGRAFIA

ATA DA 19ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA TRATAR SOBRE A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA NA ATUALIDADE (Em 13 de junho de 2019)

Presidência do Sr.
Lazinho da Fetagro - Deputado

(Às 9 horas e dezoito minutos é aberta a sessão)

A SRA. ELAINE REGINA PEREIRA MAIA (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e senhores, bom dia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo ao Requerimento do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Lazinho da Fetagro, após aprovação em plenário, realiza audiência pública para tratar sobre a Efetivação dos Direitos da Pessoa Idosa na atualidade.

Convidamos para compor a Mesa o Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Lazinho da Fetagro, proponente desta Audiência Pública.

Convidamos o Excelentíssimo Senhor Doutor Eduardo Kassuga, Defensor Público Federal.

Convidamos o Excelentíssimo Senhor Doutor Sérgio Muniz Neves, Defensor Público e Coordenador do Núcleo da Cidadania.

Convidamos a Excelentíssima Senhora Liana Silva de Almeida Lima, Secretária Adjunta de Estado de Assistência Social - SEAS.

Convidamos o senhor Deusdedi Rodrigues Alves, Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa.

Convidamos a senhora Alessandra da Costa Luna, presidente da Fetagro.

Senhora Maria José, membro da Associação Brasileira de Alzheimer - ABRAZ.

Convidamos o senhor Ricardo de Souza Freire, gerente de Infraestrutura e Transporte do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem - DER.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Invocando a proteção de Deus, em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública para tratar sobre a efetivação dos direitos da pessoa idosa na atualidade.

A SRA. ELAINE REGINA PEREIRA MAIA (Mestre de Cerimônias) – Neste momento, convidamos a todos para ouvirmos o Hino Céus de Rondônia, letra de Joaquim Araújo Lima e música de José de Mello e Silva.

(Execução do Hino Céus de Rondônia)

A SRA. ELAINE REGINA PEREIRA MAIA (Mestre de Cerimônias) – Neste momento, registramos e gostaríamos de agradecer a presença da senhora Vereadora Ida Fernandes, da Câmara Municipal de Ji-Paraná; dos senhores Vereadores Marcelo Lemos e Beto Wosniach, da Câmara Municipal de Ji-Paraná; senhor Vereador João Luís, Presidente da Câmara Municipal do Município de Alvorada D'Oeste; senhora Satiê Cozin, assessora jurídica, representando neste ato Doutor Renato Grieco Puppio, promotor do Ministério Público; voluntários da Pastoral da Pessoa Idosa; senhor Eliseu Lira, assessor, neste momento representando a AGEVISA; senhor Murilo Torres, diretor de regularização econômica, representando AGE/RO; senhora Maria Cavalcante Vicente, coordenadora-geral do Projeto Protagonismo e Empoderamento da Pessoa Idosa de Rondônia; senhora Eledir Melo,

MESA DIRETORA

Presidente: **LAERTE GOMES**
1º Vice-Presidente: **ROSÂNGELA DONADON**
2º Vice-Presidente: **CASSIA MULETA**

1º Secretário: **ISMAEL CRISPIN**
2º Secretário: **DR. NEIDSON**
3º Secretário: **GERALDO DA RONDÔNIA**
4º Secretário: **EDSON MARTINS**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - *Hélder Risler de Oliveira*
Departamento legislativo - *Maria Aparecida Silva N. Lima*
Divisão de Publicações e Anais - *Róbison Luz da Silva*

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Avenida Farquar 2562 - Olaria
CEP 76.801-189 - Porto Velho-RO

coordenadora da Pastoral da Pessoa Idosa, representando a Arquidiocese de Porto Velho; senhora Claire Campitelli, voluntária da Associação Brasileira de Alzheimer; senhora Edir Legal, assistente social, representando a Coordenadoria de Assistência do Serviço do Comércio – SESC; senhor João Daniel Almeida Neto, diretor de programas sociais, representando neste ato SESC e Fecomércio. Neste momento, teremos a apresentação do coral do Centro de Convivência do Idoso Estrela da Manhã.

(Apresentação do Coral)

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Bom dia a todos e todas!

Eu acho que foi o forró de ontem que deixou todo mundo baqueado. Doutor do céu, que é essa animação aqui, a terceira idade, nós que somos da terceira idade não somos desanimados desse jeito.

Bom dia, cada um e cada uma! Pronto, vamos mostrar um pouco da nossa alegria por termos chegado até a terceira idade. Agradeço a vocês a cada um e a cada uma por se fazerem presente, desde já parabênzo a FETAGRO, através da nossa Presidente Alessandra, os nossos Sindicatos e Diretores da FETAGRO; a Maria, pelo desenvolvimento desse projeto muito importante, depois a Maria vai falar, mas me parece que é o único no Brasil uma primeira experiência e a gente fica muito feliz de poder contribuir para a finalização do projeto que é a convocação desta Audiência Pública. Então, eu fico muito contente, principalmente, por ver a grande maioria dos nossos amigos detentores e colaboradores do nosso mandato, vocês são parte desse mandato e vocês que me colocaram aqui e só estou porque ao longo da história construímos esse projeto.

Muito obrigado a todos vocês. Obrigado.

Cumprimento o Exm^o. Dr. Eduardo Kassuga, Defensor Público é isso? Depois o senhor explica esse Kassuga aqui, viu doutor.

O Exm^o. Sr. Sérgio Muniz Neves, Defensor Público, Coordenador do Núcleo de Cidadania, doutor muito obrigado também pela presença; a Exm^a. Sra. Liana Silva de Almeida Lima, Secretária Adjunta da Assistência Social – SEAS; Dona Liana muito trabalho nós teremos a partir de agora que a Audiência Pública não é só para a gente receber palmadas, é para receber também puxões de orelhas, não é isso? E aí nós estamos prontos juntos para poder lutar.

A Senhora Alessandra Luna, da Costa Luna, oh! Alessandra da Costa Luna, nossa Presidente da FETAGRO, Alessandra em seu nome e toda a nossa direção e todos os nossos Sindicatos. Obrigado pela presença e parabéns, parabéns pela realização do projeto. A Senhora Maria José, membro da Associação Brasileira de Alzheimer – ABRAZ, prazer muito grande conhecê-las e desde já colocar o nosso gabinete à disposição para aquilo que a gente puder contribuir.

Cumprimento também todos os nossos Vereadores e Vereadoras que se fazem presentes, acompanham as nossas delegações de quase todos os municípios do Estado. Agradeço a toda a equipe aqui da Assembleia os nossos companheiros de trabalho e companheiras que estarão junto conosco aqui até no, máximo, meio-dia esse é o horário previsto e nós vamos cumprir o horário se Deus quiser.

Agradeço a equipe do nosso gabinete e eu quero pedir uma salva de palmas, mas bem forte para o coral “Estrela da Manhã” que veio fazer essa apresentação para nós.

Agora nós vamos iniciar com as apresentações. Eu quero primeiro salientar a importância que é esse evento eu não sei na história da Assembleia Legislativa e aí os da quinta idade que estão aqui, vem cá velho, você da quinta idade 78 anos ele já tem, eu já dei mais dois anos para ele, quantas vezes você viu tantos companheiros nossos reunidos aqui na Assembleia Legislativa? Nenhuma. Uma salva de palmas, então, mais uma vez para vocês e para a Assembleia Legislativa e para a nossa equipe aqui da Assembleia. Obrigado.

Importante a gente saber que o Brasil e o mundo vão envelhecendo. Eu sou da época em que as mães tinham oito, nove, dez, e aqui tem mães que tiveram 15, 16. Não tinha televisão, vai fazer o quê? Nós somos dessa idade. Isso significa que a população vinha crescendo e com a juventude, agora o Brasil começa, e isso, vai vão ser mostrados dados aqui, começa a ser uma população mais experiente, já da terceira idade. Vai aumentando a quantidade, diminuindo a quantidade de filhos. A minha mãe teve só quatro, a minha avó teve oito e aí vai, assim por diante. Hoje são um, dois. Um, dois na marra, não é isso? É ou não é? Então, significa que aqueles que tinham 17, 18 estão todos na terceira idade hoje. Então, o Brasil tem que começar a pensar políticas públicas para esse setor, para essa população. E não pode deixar para começar, não pode deixar para fazer quando for tarde demais. Então, nós temos que começar a pensar agora e o nosso Estado de Rondônia sai na frente com isso. Nós temos que começar a pensar, não é Secretária? Pensar ações efetivas para fortalecer e para dar uma condição de vida digna para quem construiu esse país. Porque vocês, nós construímos esse país. Eu falo nós porque eu fico muito feliz de interar os 60 anos, quase que eu não intero. Ano passado quase que eu “pipoco” na curva. E agora eu agora eu vou para 80, 90, se Deus quiser, não é isso? Esse é um fato. O outro é a gente tornar claro o que é a violência contra a pessoa idosa. Aí que é muito mais triste. Que ações efetivas nós, Parlamentares da Assembleia Legislativa, coordenada pelo Deputado Laerte, junto com o Governo do Estado poderá fazer junto com o Ministério Público Estadual, Federal, Defensoria, todos, o que nós podemos fazer para acabar, lutar para acabar com a violência contra a pessoa idosa? Violência que, na maioria das vezes é em casa, é de filhos. Violência moral, depois o nosso amigo aqui vai passar os dados, não é isso? Você tem esses dados? Você vai falar só do PasseLivre? Olha aí, estão vendo, quem sabe nós resolvemos mais esse problema. Mas, é muito claro, a Secretária pode depois ajudar a gente, a quantidade de pessoas. Eu conheço filhos que tiram até o cartão da aposentadoria do idoso e ficam com o dinheiro dele, doutor. É muito triste isso. Então, a gente precisa... Olha aí, o doutor depois pode explicar isso.

Então gente, a ideia aqui é que a gente saia com encaminhamentos e que não vão se resolver também, eu não sou e vocês também são mais experientes do que eu, não vai se resolver amanhã. Puff, e resolveu o problema. Não, nós vamos dar passos e eu quero participar junto com vocês desses passos que serão dados para melhorar a qualidade de vida do povo da nossa terceira idade. Está bom?

Qual é a dinâmica da audiência? Nós vamos ouvir as palestras, vamos ouvir algumas inscrições de alguns participantes que queiram participar com a fala. Não serão muito, serão cinco. Depois a gente ouve a Mesa, tudo com tempo limitado. Porque também quem dançou ontem, ainda vai lá para Corumbiara hoje, que eu sei que está aqui. Pessoal de Corumbiara. Olha lá, está vendo? Vão lá para Corumbiara, ou seja, vão chegar a Corumbiara na madrugada de amanhã.

Então, a gente precisa respeitar isso e, conseqüentemente, cumprir os horários direitinhos. Então, as palestras e depois nós vamos ouvir vocês, porque esse é o principal motivo e depois nós apresentamos aqui, a Mesa apresenta as propostas, as ideias para que a gente possa efetivar ações e políticas públicas importantes.

Saudar toda a terceira idade, todo idoso do mundo.

Amanhã é o Dia Mundial da Terceira Idade. É isso, não é? Uma salva de palmas então para nós.

Passo a palavra então para a nossa Mestre de Cerimônias. Nas outras audiências era um homem que estava ali, gente. Agora ficou muito mais bonito ali, não ficou? Então, pronto. É com ela.

A SRA. ELAINE REGINA PEREIRA MAIA (Mestre de Cerimônias) – Obrigada Deputado.

Convidamos para compor a Mesa a Excelentíssima senhora Ana Maria Negreiros, Secretária Adjunta da SEMASP, nesse momento representando a Prefeitura Municipal de Porto Velho.

Daremos início então as palestras desta amanhã.

Convidamos à senhora Maria Cavalcante Vicente, para falar sobre um balanço do Projeto Protagonismo e Empoderamento da Pessoa Idosa em Rondônia.

A SRA. MARIA CAVALCANTE VICENTE - Bom dia a todos! Saudar rapidamente a Mesa, agradecer principalmente ao Deputado Estadual Lazinho da Fetagro. O Projeto Protagonismo e Empoderamento da Pessoa Idosa é uma parceria e é o único no Brasil financiado pelo Fundo Nacional do Idoso através do Termo de Fomento 84409, que iniciou dia 10/08/2017 em Rondônia. Então, Fundo Nacional ao apoiar essa proposta junto à federação de trabalhadores rurais, ela estava preocupada com a situação do envelhecimento em Rondônia e principalmente o envelhecimento do campo que isso tem uma seqüência e tem danos desastrosos na produção de alimentos no país. No Projeto foram realizados seis encontros regionais, envolvendo novecentas pessoas idosas, uma em cada região do Estado de Rondônia, foram realizadas vinte e sete oficinas municipais envolvendo gestores e mais de oitocentas e dez pessoas idosas, quarenta e quatro palestras em escolas públicas estaduais e municipais envolvendo 1.320 jovens estudantes, porque o envelhecimento não começa aos 60 anos, e sim a partir do dia que nasce e a grande problemática do envelhecimento principalmente a violência está relacionada com as crianças e jovens. E o Projeto teve um êxito grande nessas palestras. E do dia 12 até hoje a gente está no encontro Estadual envolvendo 350 pessoas idosas, e esta oficina, esta Audiência Pública, combina com todo esse levantamento no Estado de Rondônia. O Brasil hoje tem 32 milhões de pessoas acima de 60 anos, a expectativa de vida média do brasileiro é de 75 anos. Rondônia apresenta uma das piores expectativas de vida

se igualando ao Maranhão e ao Piauí de 72 anos, principalmente a mulher rondoniense tem uma sobrevida muito menor.

O Estatuto do Idoso, e, isso está relacionado a uma variedade de assuntos. Eu vou trazer aqui o resultado final de todos esses eventos de ouvir todas essas pessoas idosas e a sistematização do que foi, as demandas que foram levantadas.

Rondônia, o Estatuto do Idoso, ele é universal para o Brasil inteiro e na questão da garantia da Saúde garante a atenção integral da saúde da pessoa idosa. Só no que a gente vê no Estado de Rondônia, a realidade enfrentada pelas pessoas idosas é; que as ações de prevenção, se resumem unicamente na vacina da gripe não é feita nem a vacina antitetânica, nem as outras que são da pneumonia, que são necessárias no envelhecimento como ação de prevenção. As academias de saúde para pessoa idosa que faz parte da política de saúde que em nível Nacional a gente conhece, não é uma realidade nos municípios de Rondônia. A pessoa idosa que necessita de atendimento nos centros de saúde seja ele postos médicos, nas unidades básicas, eles enfrentam longas filas para o atendimento e quando vai agendar a consulta a fila do agendamento também é enorme, leva em torno de três a seis, e até nove meses para sair, muitas vezes a pessoa idosa morre ao esperar esse agendamento para cirurgia que era para ontem era urgência.

A prioridade da pessoa idosa não é considerada nessa questão do atendimento e no agendamento, a justificativa dos órgãos é da deficiência de atendimento, mas, é preciso resolver a situação porque senão muito mais pessoas idosas vão morrer na fila do atendimento. Para obter o remédio, medicamento somente por via judicial principalmente o de alta complexidade.

Então, nós não temos muitas, vezes na Farmácia Básica remédio para hipertensão nem diabetes. A questão da insulina falta na maior parte dos postos para ser entregue principalmente para as pessoas idosas que carecem disso.

Quando passo para o transporte gratuito, a gente tem o Estatuto do Idoso, a Constituição Federal que garante o direito ao transporte a pessoa idosa e aí a gratuidade é garantida aqui no Estado de Rondônia, tem a Lei Estadual no transporte intermunicipal, a Lei 1.307, de 2004, onde dá o acesso gratuito a duas pessoas idosas e tem que ter salários de até dois salários mínimos. Só que a Lei, ela registra que somente nos veículos convencionais, de cada dez ônibus que tem concessão no Estado de Rondônia, para trafegar, dez dos dez ônibus, somente dois é convencional os outros são todos os executivos e não cedem o direito de viagem do Idoso. E isso dificulta muito.

Apesar de que quando a gente fez uma análise, e eu fui entrevistar as empresas de ônibus, para ouvi-los, fui verificar o ônibus, tudo que tem no convencional tem no executivo, não tem nenhuma diferença. Só o registro para trafegar que diz a diferenciação. A gratuidade na Lei Federal e na Lei Estadual garante que a pessoa possa acessar o bilhete de viagem gratuito com até três horas antes do embarque. No entanto, no Estado de Rondônia, algumas empresas concedem com isso, mas têm outras, principalmente eu vou pedir licença para citar o nome porque é a única empresa de transporte que age desta forma, a empresa União Cascavel normatiza que a pessoa idosa precisa agendar a sua viagem com até 60 dias de antecedência. E a pessoa idosa chega lá com 60 dias, nunca tem a passagem gratuita, para aquele tempo que ela precisa viajar. Outra configuração é no 50% de desconto da passagem. Há uma

tarifação de preço de passagem diferente, quando uma pessoa de idade, menor de 50 anos, vai comprar a passagem o valor é um, quando a pessoa idosa vai comprar a passagem e pede com desconto, ela triplica de valor. A justificativa da empresa é que o preço vendido ao menor de 60 anos é um preço promocional, a tarifa cheia é só apresentada por idoso, e às vezes, quando ele vai pegar os 50% de desconto fica melhor ele pagar a tarifa cheia no dito preço promocional. Nós temos, inclusive, aqui na plateia, tem gente que tem o bilhete de passagem que comprou com essa prova. É preciso os meios de fiscalização fiscalizar essas questões, porque tanto a Lei Federal quanto a Estadual garantem que a fiscalização seja feita e serão punidas, as pessoas. Mas, principalmente, esta Assembleia Legislativa necessita fazer uma revisão dessas Leis e dos decretos que vem, tem vários decretos pós essa lei que normatiza a gratuidade para atualizá-la. Porque nós temos o Estatuto do Idoso que garante a questão da pessoa idosa, 60 anos. A Lei é posterior ao Estatuto do Idoso e normatiza 65, então, a gente precisa estar revendo. Precisa rever todos esses procedimentos da garantia da viagem.

Na questão quando a gente vai para o foco da violência contra a pessoa idosa. O Disque Denúncia, o disque 100, registrou em 2018 37.454 notificações; 38% delas são negligência; 26,5 violência psicológica; 19% violência patrimonial; 12% física. Mas nós temos um contexto de visibilidade no Relatório Nacional de Segurança Pública, que trouxe o Mapa da violência, principalmente, no contexto da violência sexual doméstica, onde foram registrados 1.240 casos de vítimas de violência sexual em 2018, todos vítimas mulheres idosas. E Rondônia tem um percentual, vários casos desses, violência doméstica de total dos casos 15% são com mulheres idosas. Violência nos casos de Femicídio 6,7% das vítimas são mulheres idosas vítimas do Femicídio. E Rondônia não contempla a questão de um planejamento no mundo, e no Brasil, de ter Varas específicas, de ter, principalmente, Delegacia Especializada da Pessoa Idosa. Rondônia não tem esse contexto, nós precisamos trazer esse contexto, porque quando nós do Disque 100 mandamos a denúncia, recebemos a denúncia, encaminhamos para Rondônia, vai para os órgãos da Assistência Social e uma diversidade de outros órgãos. Nós não temos uma Delegacia Especializada para tratar deste fato.

A gente precisa pensar na instalação de uma Delegacia.

No contexto geral, quando a gente vai falar, principalmente, dos instrumentos e das políticas públicas de cuidado, inexistem no país uma política nacional de cuidado para pessoa idosa.

Mas em 2030 nós já teremos 41,5 milhões de pessoas idosas, muito mais pessoas idosas do que crianças de 0 a 14 anos.

Isso vai representar 18% da população brasileira, e Rondônia não segue o rumo contrário, a população está envelhecendo. O mecanismo que a gente tem hoje de suporte de cuidado são os centros de referência. Às instituições de longa permanência de abrigo de idosos não possuem sede nas regionais, não existe. A gente tem a região 429, tem variedade de regiões, que não tem instituição de longa permanência para abrigo, mas nós temos pessoas idosas que necessitam de abrigo. Nós precisamos, também, de uma outra medida que são os centro-dia para idoso, que não tem nos municípios de Rondônia. Precisamos pensar como é que Assistência Social leva essas políticas para atender, não só o meio urbano, mas o meio Rural também.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Um minuto, Maria.

A SRA. MARIA CAVALCANTE VICENTE - O Brasil não é mais um país jovem. No contexto geral morrem 5.000 pessoas idosas por desnutrição no Brasil, isso são dados do DATASUS.

Em Rondônia a gente tem acompanhado várias pessoas internadas, pessoas idosas simplesmente porque estão desnutridas, falta usar alimentos necessários, porque a maior parte ganha um salário mínimo, maior parte do dinheiro vai para os remédios, não sobra nem para os alimentos básicos.

Então o país não é mais um país de jovens, no entanto, a gente precisa planejar em longo prazo, Rondônia já está envelhecendo, o campo está envelhecendo em Rondônia. As políticas públicas necessitam considerar todos esses aspectos.

Amanhã 15 de junho é o dia Mundial De Conscientização Contra a Violência da pessoa idosa, contra a pessoa idosa.

Respeitar a pessoa idosa, hoje, é tratar o próprio futuro com respeito. Esta Audiência finalizando o projeto, porque tudo o que eu relatei aqui, são considerados atos de violação dos Direitos Humanos das pessoas idosas, e a gente tem que construir a mudança deste país se a gente quer envelhecer saudável e ativamente. Nove por cento da população de Rondônia necessita de cuidados, e isso são dados do próprio relatório do Governo Estadual, são dependentes de cuidados.

No Brasil a gente tem seis milhões de pessoas idosas que são acamadas, essas pessoas aqui no Estado de Rondônia, como nos outros Estados só contam com o contato com cuidado da rede de voluntários da Pastoral da Pessoa Idosa. É necessário que o Poder Público aja. Já tem um dado que 7% das pessoas do Estado de Rondônia são e estão acima dos 60 anos. Então Precisamos trabalhar nisto. Eu agradeço a todos vocês, e em nome do Projeto Protagonismo e Empoderamento da Pessoa Idosa, eu solicito que vocês assinem a lista de presença nossa, para que a gente possa constar e já agradeço à parceria de todos. Muito obrigada.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado Maria, muito boa explanação, traz para nós coisas importantíssimas.

A SRA. ELAINE REGINA PEREIRA MAIA (Mestre de Cerimônias) – Agradecemos, mais uma vez, então pela palestra. Agradecemos também a presença da senhora Gloriane Gomes Coelho, Gerente da Divisão de Trânsito do SEMTRAN do Município de Porto Velho; da senhora delegada Juliana Tavares, da Delegacia da Mulher.

Dando sequência, convidamos agora, a senhora Maria José da ABRAZ, que vai falar sobre Alzheimer e relação no contexto da terceira idade.

A SRA. MARIA JOSÉ - Em consideração como eu sou idosa, eu me dou o direito de falar daqui da Mesa. Muito obrigada.

Bom dia a todos e a todas caríssimas pessoas idosas vindas de diversos municípios do interior; pessoas idosas daqui de Porto Velho; autoridades convidadas, em nome do Deputado Lazinho cumprimento toda a Mesa; cumprimento, também, a Maria Cavalcante pelo belíssimo trabalho e pela execução do Projeto; Alessandra, Presidente da Fetagro, parabéns pela

iniciativa, Alessandra, e demais pessoas que fazem parte da plateia.

Alguém aqui conhece a pessoa com Alzheimer? Conhecem, não é? Infelizmente é uma velha conhecida nossa, que vai roubando os nossos neurônios e fazendo esquecer a nossa história de vida. Mas aqui eu não vou falar de Alzheimer, eu não sou da Saúde, eu não sou operante da Saúde, eu vou falar da ABRAZ - Associação Brasileira de Alzheimer.

Alzheimer, 'quanto antes souber mais tempo você terá para lembrar'. O que é ABRAZ? A ABRAZ é uma entidade privada de natureza civil sem fins lucrativos, formada por familiares de pessoas com doença de Alzheimer, cuidadores e profissionais das diversas áreas que se propõe a transmitir informações sobre o diagnóstico e tratamento, além de dar apoio e orientar sobre os aspectos cotidianos do cuidar da pessoa com demência.

Nossas ações estão nos grupos de apoio a cuidadores campanhas informativas, cursos e treinamentos e desenvolvimento de projetos sociais. A ABRAZ é membro de uma rede de pessoas e organizações nacionais e internacionais envolvidas com a doença de Alzheimer, e tem como missão oferecer apoio social, emocional informativo a familiares, a promoção de estimulação cognitiva e social a pacientes, produção e difusão do conhecimento sobre a doença de Alzheimer e outras demências. A articulação com agentes que promovem ações em benefício dos pacientes e cuidadores, apoio social. AABRAZ tem representatividade nacional no acolhimento e apoio as famílias acometidas por demências e é reconhecida como agente transformador na eliminação do estigma associado a doença e na melhoria da qualidade de vida de todos os envolvidos no processo considerando seus princípios e valores de ética, igualdade de direitos, transparência, coletividade, flexibilidade, criatividade, perseverança e participação política. Entre os objetivos, encontram-se: representar os interesses da pessoa com demência e sua família junto aos governos municipais, estaduais, e federal. Oferecer e ampliar a criação de grupos de apoio, produzir material informativo de amplo alcance e distribuição. Oferecer programas sociais. Produzir materiais e atividades que favoreçam a relação entre pacientes e familiares, ministrar cursos de atualização, incentivar pesquisas científicas na área, organizar congressos e jornadas sobre o tema, esclarecer as dúvidas e orientar sobre os procedimentos voltados à assistência ao paciente com a doença de Alzheimer, difundir as ações por meio das regionais e sub-regionais para todo País. Para o atendimento as famílias a ABRAZ oferece entre outros os seguintes serviços: grupo de apoio socioemocional, espaço de encontro onde os participantes tenham a oportunidade de refletir sobre a tarefa de cuidar, buscando estratégias para adaptação as mudanças e superação das dificuldades. Os grupos abordam as alterações da rotina e buscam aceitação da realidade, investem em alternativas saudáveis e satisfatórias de convívio com pacientes favorecendo qualidade de assistência em meio adequado de sintomas. Além disso, configura ambiente de convívio social para que os familiares, cuidadores e oferecem apoio emocional favorecendo autocuidado e auxiliando no enfrentamento da doença. A ABRAZ tem um projeto de voluntariado desenvolvido para captar voluntários e treiná-los para atuar nas atividades da Associação, permitindo a realização de seus projetos. Todo trabalho

desenvolvido pela ABRAZ é através de ações voluntárias, não só da diretoria como de coordenadores, de grupos de apoio e colaboradores nos eventos realizados. Então, esse voluntariado, que é o problema nosso da ABRAZ. A ABRAZ está a quatro anos aqui em Rondônia totalmente institucionalizada, ou seja, devidamente cadastrada na Receita Federal, em tudo, mas, o nosso problema emperra exatamente na falta de voluntários, tantos da área da saúde como pessoas comuns que não se disponibilizam para a realização desse projeto, um projeto tão importante, que é o acolhimento da família com o doente. Eu tive uma tia com Alzheimer e Deus sabe o quanto a minha família sofreu, porque a gente não sabia quem buscar, não sabia quem procurar para amenizar o nosso problema e também o problema da nossa tia. É uma doença muito difícil, que quem conhece sabe das dificuldades. Então, a gente precisa que o poder público abra os olhos também para o acolhimento dessa demência que é tão difícil de cuidar nos dias de hoje.

Muito obrigada.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente)- Obrigado D. Maria, muito bom o trabalho. Diretamente para o último palestrante.

A SRA, ELAINE REGINA PEREIRA MAIA (Mestre de Cerimônias) – Antes disso, Presidente, gostaria de agradecer a senhora Vanda Arruda, pela presença, ela é Coordenadora do Programa Saúde do Idoso, da SESAU; senhora Anelise Soares Campos, Gerente Geral dos Programas Estratégicos de Saúde, também da SESAU; Senhoras: Luciana Ferreira e Francisca Pinheiro, servidoras do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Rondônia – IPERON; Senhora Vanusa Soares, Presidente do Conselho Municipal do Idoso. Sintam-se cumprimentadas, daremos sequência agora com a palestra do senhor Jean Cláudio Silva Santos, que vai falar sobre a Lei 1.307, sobre Passe Livre, Atendimento e Dados Estatísticos.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Jean, você tem dez minutos, e se não quiser pagar o almoço para todo mundo, tem que cumprir os dez minutos, se passou paga para todo mundo aqui o almoço.

O SR. JEAN CLÁUDIO SILVA SANTOS - Tudo bem, senhor Deputado. Então, o meu nome é Jean Cláudio eu trabalho no Departamento de Estradas e Rodagens, lá como fiscal de Transportes. E eu estou muito à frente desta questão do Passe Livre. Foi até bom a questão das críticas da primeira palestrante aqui, que todas as críticas são muito importantes para a gente, para gente poder melhorar o atendimento junto aos idosos.

Então, em nome do DER, eu queria primeiro parabenizar aqui a organização desse evento e a grande quantidade de idosos que compareceram. Isso é muito importante, justamente para fazer valer os direitos dos idosos, que são os mais interessados.

Esta audiência é muito importante, porque vem falar justamente falar sobre o direito dos idosos, uma vez que a expectativa de vida no Brasil vem aumentando bastante. Em 1940, a média de vida dos brasileiros era de apenas 45 anos, e hoje, em 2019, ela já chega a 75 anos. A gente pode observar realmente que os idosos estão envelhecendo mais, justamente

por causa das políticas públicas. Ainda falta muito, ainda há muito o que se melhorar nessas políticas públicas, mas a gente percebe que há justamente política de educação, política de saúde, política de previdência. Então, isso tudo vai melhorando e vai fazendo com que a população brasileira tenha um envelhecimento mais saudável. E envelhecer, hoje em dia, é um direito social. O Estado deve garantir, através das políticas públicas, o envelhecimento saudável, com dignidade e em condições dignas dessas pessoas. O Estatuto do Idoso, que foi publicado em 2003, foi justamente um grande ganho para a população brasileira, tendo em vista que veio ampliar os direitos das pessoas acima de 60 anos. Um ponto importante no Estatuto do Idoso fala justamente sobre o direito gratuito no transporte público às pessoas idosas que possuem renda de até dois salários mínimos. Puxando isso já para a legislação do Estado de Rondônia, nós temos uma lei que foi publicada, que foi aprovada em 2003, que é a Lei 1.307, de janeiro de 2004, que vem conceder a gratuidade no transporte intermunicipal de passageiros às pessoas idosas e às pessoas com deficiências que possuam renda igual ou inferior a dois salários mínimos.

Através dessa lei, as empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas dos serviços de transporte intermunicipal de passageiros passaram a reservar duas vagas em cada veículo destinado ao transporte convencional de passageiros duas vagas destinadas ao idoso e duas vagas destinadas a pessoa com deficiência. Essa lei, a princípio, vinha prevendo que apenas os idosos a partir de 65 anos teriam direito ao Passe Livre do idoso, à gratuidade ao transporte intermunicipal de passageiros.

Contudo, em 2015, essa lei foi modificada através da Lei 1.366, que reduziu a idade de 65 anos para 60. Hoje em dia, não é mais 65 anos que você tira o Passe Livre, já é 60 anos! Então, com isso, mais idosos puderam ser beneficiados no Passe Livre, no transporte intermunicipal de passageiros.

Tanto que, de 2015 para 2016, houve um aumento de 150% na emissão de passes livres. No ano de 2015, foram emitidas 3.764 carteiras de Passe Livre no Estado de Rondônia.

Já no ano de 2016, foram emitidas 9.334 carteiras de Passe Livre, aqui dentro do Estado de Rondônia. Já em dezembro de 2018, muito recente, foi publicada a Resolução nº 36, que justamente, além das duas vagas gratuitas para o idoso, ficou também garantido o desconto de no mínimo 50% do valor da passagem para os demais assentos. Então, isso também beneficiou bastante o idoso. E como o idoso pode fazer para tirar essa carteira do Passe Livre? Ele precisa ter em mãos documentos: carteira de identidade, o CPF, comprovante de renda - que vai comprovar que ele recebe até dois salários mínimos -, comprovante de residência e uma foto 3x4. Os idosos que moram aqui na cidade da Porto Velho, na capital, podem ir diretamente no Tudo Aqui, que é aqui na avenida Sete de Setembro, e requerer o seu Passe Livre. Já os idosos que moram no interior do Estado não precisam vir a Porto Velho para requerer o Passe Livre. Eles encaminham seus requerimentos para as Secretarias de Assistência Social do seu município, ou então nos postos de fiscalização de transportes do DER, localizados no terminal rodoviário, que eles vão encaminhar esse requerimento aqui para Porto Velho. O passe é confeccionado aqui e depois a gente encaminha para o local

de origem, basicamente é isso que eu vim falar. E a questão dos dados, a gente percebe que nesses últimos 10 anos, a questão do Passe Livre vem crescendo significativamente, porque no ano de 2009 foram emitidas apenas 2.981 carteiras de Passe Livre. Já no ano de 2018, foram emitidas 17.845 carteiras de Passe Livre. Isso somente idoso, porque tem a questão do Passe Livre do deficiente ainda. 17 mil foi apenas a questão do Passe Livre do idoso. Então a gente percebe que houve um aumento muito significativo na emissão desses passes livres. Basicamente é isso, e as críticas da primeira palestrante é muito importante falando justamente do veículo convencional, que realmente na Lei só estão disponíveis mesmo dois assentos no veículo convencional, mas isso tudo é preciso ser debatido nesta Audiência para que sejam criadas políticas de modo que venham a melhorar esses atendimentos aos idosos, principalmente, nessa questão do transporte porque a gente sabe que tem muito idoso que precisa sair do interior e fazer tratamento em Porto Velho e não tem condições mesmo recebendo esse salário mínimo de pagar uma passagem.

Então, a questão do Passe Livre ele é muito importante, ela precisa ser muito debatida mesmo, essa questão do veículo.

Queria agradecer a minha participação e qualquer dúvida também a gente tem pouco tempo aqui para falar, podem procurar o DER, lá o Departamento de Estradas e Rodagem, qualquer dúvida que ficou, podem... Na fiscalização de transporte também que fica localizado nos terminais rodoviários no Estado também podem procurar ou o próprio Shopping Cidadão no Setor de Passe Livre também podem estar lá tirando suas dúvidas.

E eu queria agradecer a participação e fico muito feliz de estar aqui realmente participando e vendo a quantidade de pessoas que vieram mesmo para esta Audiência, isso é muito importante para a Audiência.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Muito obrigado. Muito obrigado.

Depois ao final nós vamos ter os encaminhamentos e as propostas tiradas tanto de ouvir os participantes quanto à Mesa, pode ficar tranquilo que a gente tem algumas ideias e que poderão ser operacionalizadas.

Nós vamos passar agora então para ouvir as pessoas que vieram a vocês que vieram para esta Audiência Pública. A Audiência Pública é para ouvir o povo, então, pelo menos cinco nós vamos ouvir, nós vamos pedir a compreensão para limitar o tempo de 3 minutos para cada fala, nós temos 5 inscritos já, se tiver mais um ou dois a gente não vai brigar por causa disso, porque a gente também tem os horários.

Eu quero chamar já para ficar mais perto e para a gente agilizar a Dona Aurora de Costa Marques, que será a primeira; o senhor Moisés de Seringueiras, será o segundo; do lado de cá está a Vera e do lado de cá está a Elaine, que vai contribuir.

Dona Delícia! Que Delícia, essa é a minha gatona. A Sra. Maria Cirça também; Dona Ivone de Alvorada, menina boa de dança; e o senhor Arlindo de Vilhena.

Podemos começar então Dona Aurora, pode ir descendo, os outros companheiros vão chegando mais para perto aqui para a gente,...

Ah! Vai levar o microfone para ficar mais perto, Vera? Vai mais fácil? Isso.

Faltando um minuto eu dou o aviso.

A SRA. AURORA – Bom dia companheiros, amigos que estão aqui; também bom dia para toda a Mesa que está aí composta.

Para nós estarmos aqui nesta Audiência da terceira idade com todas essas autoridades, realmente, é um momento para a gente de bastante expectativa, porque realmente diante de todos os relatórios que nós já ouvimos nós temos consciência desta necessidade por nós que fazemos aqui representados os demais que estão no longínquo do nosso Estado, no nosso interior e a terceira idade. E diante dessa demanda toda nós gostaríamos de estar de fato reforçando a necessidade de todos os municípios criarem e trabalhar dentro da Assistência Social a instituição de longa permanência, que essa instituição ela pode ser construída no mínimo uma por Regional, porque sabemos também que temos nas regionais os Hospitais Regional. Eu acredito que é mais ou menos na mesma linha o funcionamento porque nós que ficamos realmente com essa idade, em todo lugar temos, ouvimos aí muitas demandas, mas nós que ficamos no interior ainda é muito maior essa necessidade de termos então essa casa. E a gente viu aí que pela legislação com esforço de todos é possível e nós estamos aqui então com essa esperança e reforçando esta ação, esse pedido.

E também dentro de cada município, porque nosso Estado de Rondônia não é aquele Estado de Município de 50 km, de 20 km de distância um do outro. O nosso Estado as nossas cidades de novo do interior é bastante longe uma da outra e também cada um tem compromisso com a sua população local.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Um minuto Dona Aurora.

A SRA. AURORA – E dentro desse compromisso seria a construção também da do Centro Dia para idoso, que aí pode ser construído em cada município e temos certeza absoluta que todos têm esta grande necessidade dentro dessa demanda e o nosso muito obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado Dona Aurora. Dona Aurora, a senhora deixa esse ‘papelim’ aí com a Vera que aí nós vamos... nós não vamos pintar ele não, que eu não estou pintando mais. Agora nós vamos escrever as propostas.

O próximo é o senhor Moisés Seringueira.

O SR. MOISÉS SERINGUEIRA – Bom dia pessoal. Bom dia Mesa.

É o seguinte, eu acho que essa nossa luta aqui é um direito que faz tempo que nós vínhamos lutando para conquistar, através dos nossos Parlamentares, através do nosso Poder Público, da Federação, da CONTAG, da FETAGRO, da CUT. Mas, é um trabalho que nós temos que lutar pelos nossos direitos, os idosos. Eu já estou na idade de idoso também e vêm nossos filhos, vêm nossos netos e nós temos que começar agora as boas leis públicas e é o que a gente espera do nosso judicial público, que faça valer. São as minhas palavras.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Muito obrigado seu Moisés.

Vocês vêem como o nosso pessoal da terceira idade são rigorosamente pontuais e organizados e disciplinados, isso que

é o mais importante. Porém, não deixam de fazer a luta que precisa ser feita.

Chamar agora a dona Ivone. Calma, dona Ivone. Cuidado.

A SRA. IVONE – Bom dia a todos. Em nome do Lazinho eu quero cumprimentar a Mesa. Dizer que é um prazer estar aqui representando esse povo maravilhoso, que é da terceira idade, que eu também sou da terceira idade. Sou uma trabalhadora rural, sou lá de Alvorada D'Oeste. E, em nome de todos os companheiros, eu quero cumprimentar em nome da Alessandra que é a nossa presidente da FETAGRO.

Eu venho falar aqui para vocês em relação ao Passe Livre.

Ouvimos a explanação do companheiro que eu não me lembro o nome, mas a gente tem muitas dificuldades em relação a acessar esse Passe Livre. A Lei 13.000, a lei do Estado já existe, a gente sabe que ela existe. Existe também a regulamentação, que é a 5417 de 2003 ou 2004. Mas aí assim, existe a lei, porém, a prática do dia a dia no transporte é muito difícil para nós. E o que nós estamos propondo? Que haja mudança na questão das tais carteirinhas. As carteirinhas são feitas lá nos municípios lá do interior, eu, por exemplo, moro em Alvorada, leva de 60 a 90 dias para chegar essa carteirinha.

E aí, tem a tal da renovação a cada dois anos. Leva mais 90 dias talvez para chegar. Nesse meio tempo a gente perde muito tempo. Nós estamos na idade que precisamos aproveitar, passear e com esse Passe Livre seria uma oportunidade, porém o acesso é muito complicado. Depois, quando chega essa carteirinha tem a questão do agendamento.

O agendamento também leva mais 60 dias para você viajar. E aí, a gente perde muito tempo, não é companheiros e companheiras? Então, a gente está propondo mudanças. Ao invés de dois anos que tem a validade da carteirinha, ela seja por tempo indeterminado. Já que é um direito garantido, por que a cada dois anos tem que estar renovando, renovando, renovando essa carteira? Então, a gente está propondo por este motivo que eu acabei de dizer: pela demora em chegar, quando chega no município leva de 60 a 90. Para chegar lá nas mãos do cidadão ela leva mais uns 30, até porque a gente não vem na cidade todos os dias. A maioria do pessoal aqui é da área rural. Então, a gente está propondo mudanças nessa questão da carteirinha.

Queremos que ela seja por tempo indeterminado e que não tenha renovação. Isso. Obrigada.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Muito bem, dona Ivone.

A SRA. IVONE – Eu queria o outro minuto, mas o senhor não me deu.

A SRA. VERA – Ela quer mais um minuto, Deputado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Tem?

A SRA. IVONE – Quero não. Eu estou brincando.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Não quer não. Eu sei que a senhora dançou forró ontem e ficou animada hoje. Quando a gente dança de noite a gente amanhece no outro dia com o corpo mais leve, sua um pouquinho, não é?

As pessoas não precisam sair do lugar não que a Vera está correndo com o microfone lá e entrega lá, tá.

Agora o senhor Arlindo de Moraes, lá de Vilhena.

Aqui Vera. Pode ficar aqui mesmo senhor Arlindo. Três minutos senhor Arlindo.

O SR. ARLINDO DE MORAIS – Obrigado pessoal. Meu bom dia.

Eu quero, com muito respeito, cumprimentar a Mesa e, com muito orgulho, cumprimentar os meus colegas, amigos e companheiros lá da roça, que somos todos uma “veiarada” lutadora. Eu queria suscitar é que nós lá na roça, no sítio o problema nosso é que nós não temos assistência social. O problema é que um ‘veinho’ fica doente, ele tem que pegar uma carona, porque ele tem uma bicicletinha ‘veia’ e não consegue chegar lá na cidade. E chega lá no postinho ele não consegue ser atendido, ele tem que fazer cinco quilômetros para ir lá ao outro. Então, era essa a minha reivindicação, que tivesse como fazer, ter assistente social para fazer umas visitas para os velhinhos lá na roça, como eu que já tenho 77 anos, mas eu ainda posso andar, mas tem outros que não podem. E eu agradeço ao Deputado Lazinho, e estou muito satisfeito com seu Projeto, que o senhor encaminhou e deixo uma pergunta; será que os outros Deputados, eles não ganharam voto de velho? Só ganharam voto de novo? Obrigado. Em Vilhena, nós temos mais de sessenta mil eleitores, 30%, são idosos. E esses nossos Deputados, todos tiveram um voto lá, será que é só o Deputado Lazinho, que recebeu voto de velho?

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Eu gosto de voto de velho.

O SR. ARLINDO - Porque o adolescente, ele não volta ainda.

Então, eu quero deixar um lembrete para os outros nossos Deputados, que eles são Deputados do Estado de Rondônia, se lembrem dos velhos, ainda mais esses da roça que produz o alimento que vem para mesa deles. Meu muito obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Obrigado muito bem seu Arlindo, seu Arlindo, é pai da Presidente do Sindicato, sogro da Presidente do Sindicato lá de Vilhena, da nossa Eliana.

Próxima, Dona Maria Cirça, é isso mesmo? Cadê a Dona Maria? Ah! Está lá muito bem Dona Maria, de Chupinguaia.

A SRA. MARIA CIRÇA – Sim de Chupinguaia com muito orgulho. A gente viu quando o Deputado Lazinho, apresentou um senhor aí de 78 anos, se não me engano, e ele dizendo assim; que era a primeira vez, o Deputado Lazinho, fez uma pergunta para ele quantas vezes aconteceu esse plenário? Ele disse; até agora nenhuma vez, então, nós somos a primeira vez. Então, eu gostaria de dizer que isso não é privilégio, isso não é privilégio, isso se chama dádivas, dádivas de nosso Deus, e segundo de cada um de nós que estamos aqui pelo nosso Deputado que nos representa muito bem, e a nossa aqui Maria depois, a nossa Alessandra, a nossa representante da FETAGRO, o Sindicato. Gente, o Deputado Lazinho, deu três minutos, mas, a gente tem muito mais para falar do que três minutos, mas a gente vai, eu vou picar aqui, eu vou picar. Disse

assim: o direito do idoso, ah! O direito do idoso. Toda autoridade sabe do direito do idoso decorado, mas, está no papel, porque na prática ainda não chegou, tomara que chegue. E outro, outro também que eu que gostaria de dizer sobre o direito do idoso na saúde. Lá em Vilhena, nós temos uma dificuldade no hospital regional onde a gente tem idoso internado lá, com vários fatores de enfermidades, na hora de tomar o remédio não tem como comprar, a família está fazendo vaquinha junto com a Igreja Católica, e onde estão comprando esse remédio para essa senhora, essas senhoras e mais outras senhoras que tem no município e que também tem aqui no Estado, porque eu vi uma reportagem aqui em Porto Velho, antes de ontem que é triste é triste, é abusivo. Então, eu falo assim com a nossa autoridade, eles conhecem de cor e decorado só que infelizmente não faz; e nós gostaríamos que fizesse. Outra reivindicação que eu quero fazer aqui para nós idosos, é sobre esses degraus nas ruas, não tem como às vezes nós como idoso andar nós chegamos aqui também à mesma dificuldade.

Então, a nossa autoridade, olhe também para esse lugar, porque se o idoso entortar o pezinho aqui, daquele vai para onde? Vai para o hospital, e quando chega ao hospital, ah! Hoje não tem vaga, amanhã não tem vaga. A nossa, a nossa Maria, aqui, você representa nós, como é, o nome que você nos apresenta? Isso, ela é Coordenadora do nosso Projeto, que ela está aqui para nos ajudar com todos vocês. A gente sabe das dificuldades, mas, eu quero dizer também assim que como o nosso amigo colocou ali na, sobre autoridade.

Quantos já passaram aqui, e todos conhecem a nossa história? Todos sabem da nossa história, mas, infelizmente não querem fazer nada, estão cegos, surdos e mudos. Vamos acordar, vamos enxergar e vamos ver. A nossa representante aqui disse assim para aqui ainda agora; quando ela leu sobre os exames que nós precisamos fazer, ela disse assim; que é o mês, dois, três, eu vou desafiar ela que não é não, é anos mais anos, mais anos. Quando chega, quando chega para fazer aquele exame.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Já morreu.

A SRA. MARIA CIRÇA - A pessoa já está debaixo do, debaixo da terra.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado dona Cirça.

A SRA. MARIA CIRÇA - O exame de Maria chegou, mas, Maria não está mais aqui.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado, muito obrigado Dona Cirça. Isso não é brincadeira não é a pura verdade não é? Nossa mãe! Quantas vezes acontecem isso. Dona Delícia, por favor, Vera. É delícia, mesmo, gente, o nome dela. E, é nossa guerreira lá de Rolim de Moura.

A SRA. DELÍCIA - Bom dia a todos. Agradeço ao deputado Lazinho pela iniciativa desta audiência, que tanto nos honra a estar aqui presente. Em nome de toda a plateia quero cumprimentar a nossa Presidente da Fetagro Alessandra; e agradecer a Maria por esse belíssimo programa, por este

belíssimo projeto de vida. E considero como um projeto de vida que nesta Audiência Pública aprendemos muito. Então gente, eu, o Deputado Lazinho disse apenas três minutos, mas é igual a música de Amado Batista. Apenas três minutos para dizer que nós estamos indignados com o congelamento de 20 anos da Saúde. Ainda não tem dois anos de congelamento e nós já estamos praticamente à zero. É igual à Chácara de Chico Bolacha, a nossa Rondônia, os nossos Hospitais, tudo o que procura não acha. Então, gente, que euro dizer para vocês que é muito difícil quando você chega na 3ª idade que você fica doente. Que quando você vai na 3ª idade... Ontem, eu vi uma senhora da 3ª idade, depois da 3ª idade ela tem uma renda de R\$3.000,00 fazendo artesanato, outra também R\$1.300,00, por aí. Então com o salário mínimo a gente melhora, mas e quando você tem o desprazer de ficar doente igual eu fiquei. Eu 2015 eu contraí uma... fiquei cega por problemas do diabetes. Por que a diabetes? Porque também não tem a orientação. Eu moro lá em Rolim de Moura, e para eu comprar, conseguir um endócrino pelo SUS eu tenho que vir para Porto Velho. Quanto eu gasto de petróleo para vir a Porto velho? R\$400,00. Se eu venho e tenho que pousar aqui eu gasto mais, no hotelzinho mais barato eu gasto R\$75,00, mais um jantar para quem ganha um salário mínimo? E sem contar que há quatro anos quando eu contraí este problema de visão, descolamento da retina, eu trouxe, mandei para a regulação aqui em Porto Velho os pedidos de exame para ver o que tinha navisão, eu fiquei três anos sem resposta, quando eu vi que eu fiquei só com 45% de visão eu fui para São Paulo. E lá eu estou indo, mês sim, mês não. Com salário mínimo além de eu deixar minha família, meu velho que tem 72 anos eu também me desloco de ônibus três dias. Uma senhora com 63 anos com 45% de visão, de ônibus, sozinha que tem dia que não enxerga para tirar a comida. E dizem que nós temos aí um Presidente que diz que a nossa saúde está congelada por 20 anos. O que é que nós entendemos por congelamento? Quer dizer, se está ruim, agora, vai ficar muito e muito pior. Então a gente pede as autoridades competentes que olhem melhor, vão a Brasília, vão encostando lá nos Senadores, deputados, o Presidente da República, para ver como revoga essa Lei. Porque como a Previdência, a Reforma da Previdência eles, nós, achariam que nós estaríamos aposentados, muitos que foram aposentados por invalidez que agora tem que passar pelo pente fino? E porque que esse congelamento também não pode passar no pente fino?

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Conclua, Dona Delícia.

A SRA. DELÍCIA – Então gente era isso que eu tinha a dizer para vocês, que depois que nós adoecemos aqui em Rondônia nós estamos lascados. Um bom dia a todos!

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado, Dona Delícia, muito obrigado. Dona Delícia é uma lutadora muito grande de associações, sindicatos, diretora de sindicato já foi.

E hoje está passando por este perrengue. A Dona Ilza Maia, é isso? Porto Velho? Quem é? Ah, está lá em cimão.

Três minutos Dona Ilza.

A SRA. ILZA MAIA – Bom dia para todo mundo! Falaram aqui que os idosos têm direito a passagem. Eu marquei três meses, fui até nas TVs, fui a tudo o que é lugar, todo mundo disse que estava direito da gente viajar, mas eles cobraram 50%. E daí eu viajei assim, mesmo. Quando eu cheguei a Curitiba nem 50%. Aí eu fui para São Paulo na casa do meu irmão e o meu irmão ainda conseguiu com o colega dele 50% para voltar, e eu fiquei lá três meses, e quem não tem os 50%. Eu e minha vizinha fomos a Guajará, chegando lá só tem direito da ida, da volta tem marcar de lá para cá, então, quem vai e vem não tem direito. Aí quando chegamos lá marcava para três dias, nós íamos ficar aonde lá? Na rua? Então eles têm que falar para os idosos certinho. Nós participamos de uma Associação da Dona Cotinha, e eles nos ajudaram, lutaram para ver se conseguiam, mas não conseguiram. Quem for viajar para fora do Estado de Rondônia pode ir com um troquinho, porque essa Lei aí não está funcionando não. Ela só está falando que está funcionando, é como à senhora falou aqui: no papel que está funcionando, porque na Lei não está funcionando não. E outra, eles falam que é duas em cada ônibus, quantos ônibus saem por dia? Eu não vi nenhum, todo mundo que..., em Vilhena, nos interiores aí que iam para São Paulo, ia para Curitiba, eles falavam só que pagava 50%, não vi um dizer que foi inteira ou de graça. Então eu quero que os deputados, briguem pelos idosos, feliz daqueles que chegam a idosos, que muitos estão morrendo com 15 anos, com 16, com 20, e nós chegamos até aqui com dignidade. Então eu falo para cada um de vocês, deputado, vocês também têm idosos na casa de vocês e vocês estão chegando a idosos, lutem por nós.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Obrigado dona Ilza. Por 3 minutos, e a última a ser ouvida é Ida Fernandes, Vereadora lá de Jipa, cadê a Ida? Bota a Ida, três minutinhos Ida.

A SRA. IDA FERNANDES – Bom dia a todos. Quero parabenizá-lo, Deputado Lazinho, pela iniciativa de fazer realizar esta Audiência, onde trata da efetivação dos direitos dos nossos idosos. Eu sou Vereadora em Ji-Paraná, e sou conhecida, meu nome lá é 'Ida dos Idosos', e assim, às vezes, eu sou até desrespeitada por isso, porque as pessoas não dão valor a idoso. Não dá, gente, isso é fato e direito. Lá, às vezes, no meu gabinete é tão lotado de idosos que as pessoas falam assim: "ah, o gabinete da Ida é um asilo" - e eu falo isso: bem-vindo ao asilo. E aqui eu estou para defender o direito dos idosos. Então já que estamos aqui falando de efetivação dos direitos da pessoa idosa, Deputado, que possa sair encaminhamentos aqui hoje, realmente, que venha defender o direito do idoso. E onde eu vou mencionar aqui um grande problema que é onde ele todos os dias com relação a visão dos idosos. Eu fiquei aqui quase emocionada nada de ver a situação daquela moça lá de Rolim de Moura, aquela jovem que contou a história dela ali. Mas os idosos estão morrendo cegos, em pleno século 21 nós não temos cirurgias de catarata pelo SUS com eficiência para atender os nossos idosos é inadmissível, Deputado, abraça essa causa comigo, Deputado.

Eu venho há 6 anos lutando e, realmente, não acontece, não acontece. No Governo anterior, eu não estou aqui querendo criticar ninguém. Nossa, eu passei seis anos chorando para

aquele ex-Secretário Pimentel, que Deus coloque ele aonde ele merece estar. Mas e não aconteceu, nunca aconteceu cirurgia com eficiência para o nossos idosos. E, hoje, eu já pedi para o novo Secretário, para o novo Governador, para a esposa dele a Luana Rocha, a menina da SEAS aqui, acho que estava até junto conosco lá, é um problema muito grave que está acontecendo no Estado de Rondônia e ainda não foi mudado. A Policlínica Oswaldo Cruz está lá, muito bem obrigado, muito linda e maravilhosa, mas a efetivação dos direitos aos nossos idosos não estão ocorrendo. Os idosos vêm do interior, lá de Chupinguaia, de Corumbiara, de Rolim de Moura, de Costa Marques, enfim, dos mais longínquos lugares do Estado aqui simplesmente para uma consulta. Ontem mesmo, no meu gabinete, chegou um idoso, desculpa o desabafo, Deputado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Um minuto.

A SRA. IDA FERNANDES – Mas chegou um idoso ontem no meu gabinete pedindo para: “olha saiu uma consulta para mim, saiu a cirurgia minha, Vereadora”, - eu falei assim: para quarta-feira agora a consulta dele, eu falei: olha senhor Severino, essa consulta, isso aqui, simplesmente, é uma consulta, eu vou levar e vou perguntar lá na Policlínica para o diretor, para o chefe responsável para ver o que ele vai me explicar. A moça, ontem à tarde ela simplesmente falou: “não, isso aqui é uma consulta que ele vai passar, essa doutora não é especialista em catarata, isso aqui ela vai encaminhar ele para uma consulta de catarata”. - Então isso é brincadeira, é brincar com a cara do idoso, é brincar com coitado que vai sair de lá, sabe Deus se tem até o dinheiro para alimentação, nem sempre consegue. Então nós precisamos, realmente, lutar por esta causa, Deputado. Sinto sua sensibilidade com a causa dos nossos idosos e deixo aqui minha indignação e que nós precisamos, eu enquanto agente pública no meu Município de Ji-Paraná, eu faço o que eu posso e o que eu não posso, mas infelizmente não está em minhas mãos, está nas mãos do maior. E vamos trabalhar política pública. muito obrigada, desculpa pelo desabafo.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Obrigado Vereadora, muito obrigado.

Nós vamos, então, agora passar para Mesa, para Mesa não, para os componentes da Mesa, que Mesa não fala, a não ser que vá criar uma tecnologia, bota um computador na mesa, ela fala também não é doutor. Vamos ouvir a Mesa, os componentes da Mesa terão 5 minutos para cada um, com 4 eu vou avisar para a gente no final fazer os encaminhamentos, eu peço para notarem os encaminhamentos e depois passar para nós, para a relatoria para a gente poder efetivar as ações.

Em primeiro lugar o senhor Ricardo de Souza, que é o Gerente de Infraestrutura do DER para poder usar a palavra. O senhor por cinco minutos se precisar, se não precisar pode usar só três.

O SR. RICARDO DE SOUZA FREIRE - Bom dia. Eu queria dispensar as formalidades, agradecer apenas aqui o nosso Deputado Lazinho e agradecer todas as autoridades aqui presentes e principalmente agradecer a Deus que nos colocou nesse lugar, agradecer aos idosos e dá um testemunho para

você que a minha mãezinha, dia 19 de novembro, estará fazendo 90 anos e Deus é tão maravilhoso que ele me concedeu a honra de estar aqui já com 60, próximo a 65.

Nós temos, o DER tem uma preocupação muito grande, a nós pertence à fiscalização do transporte e nós temos uma responsabilidade muito grande com a questão do Passe Livre, nós não estamos ainda encontrando uma alternativa e vamos chegar nesse ponto, de otimizar esse serviço se for necessário.

A princípio eu queria justificar a questão porque o Passe Livre? Nós temos, foi criado o Passe Livre pela Lei 1.307 e ela falava na Carteirinha do Idoso e a sua validade por dois anos.

Já a Lei Federal que é fiscalizada pela ANTT, ela não tem o Passe Livre, ela fala apenas que o idoso pode chegar às empresas de transporte coletivo e requerer a sua passagem e eles fazem uma série de exigências da documentação, qual seja o extrato do INSS, cópia do cartão de identidade, atestado de endereço e um calhamaço de documentos. Então a Lei Estadual, ela veio pelo viés de fazer a carteirinha, é um documento único que você apresenta no guichê para conseguir a vaga. Estava muito mais fácil quando tinha a idade de 65 anos, a idade mínima de 65 anos, como o Jean já informou, com a modificação da Lei, passando para 60, nós tivemos 147 a 150% de aumento da procura. No Estado de Rondônia, se não me falha a memória, nós tínhamos 112 linhas registradas, hoje eu acredito que não tenha mais isso. O Murilo que está ali que representa a AGERO, a cada dia, a cada semana que passa se diminui uma linha por um horário em função da demanda que fica retraída. Infelizmente nós temos um transporte alternativo, que não transporta o idoso, só as empresas de ônibus é que transportam o idoso, mas, não vou entrar nessa seara.

Preocupado com essa problemática, com essas reclamações que já chegaram para a gente, nós sugerimos, a AGERO, e muito aceita por eles, já estão fazendo essas modificações, estão preocupados também com a questão do Passe Livre e já estão na modificação da Lei, criando algumas alternativas para que nós possamos fiscalizar com mais eficácia, por exemplo, hoje quando vocês conseguem uma vaga no ônibus para ser transportado de uma cidade para outra, não consta na lista de passageiro Passe Livre número tal e vai até a cidade tal. Então nesse caso, eles podem burlar a fiscalização dizendo que nós já temos nessa poltrona, e, quando nós vamos lá fiscalizar dentro do ônibus, o idoso não está lá, a poltrona já está ocupada. O que quê acontece? Nós fazemos, preenchemos o formulário e vão enviar para a AGERO, para que a AGERO ouça o outro lado, ninguém pode ser acusado de alguma coisa sem direito a sua contestação, e, lá é formalizado um processo e são tomadas as medidas cabíveis.

Mas, nós sugerimos um tempo agora passado, que nos novos que estão para ser elaborados através da licitação pública, que vai haver no Estado de Rondônia para o transporte, que uma das cláusulas seria a obrigação da empresa a identificar na lista de passageiro, o nome do passageiro, o número do Passe Livre e para onde ele está se destinando, porque nós precisamos identificar e acabar com esse negócio da empresa informar que o passageiro está sendo transportado e o passageiro não está sendo transportado. Então é a maneira de facilitar o nosso trabalho.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Um minuto.

O SR. RICARDO DE SOUZA FREIRE - O outro é a questão, que nós sugerimos a AGERO que faça essa propositura de lei à Assembleia de que os veículos para sanar aquela questão de todo o horário executivo, de colocar nos horários da planilha da empresa, que elas venham a separar por código as linhas.

Por exemplo: eu tenho 10 ônibus, 10 horários saindo ônibus para Vilhena. Segundo as informações, hoje só tem 2 convencionais. Mas que eles sejam obrigados a transportar o passageiro no mínimo em 80% desses horários, inverter. Em vez de 20%, 80% dos horários seriam transportados esses idosos, independentemente se eles forem convencionais ou executivos, porque os horários são executivos. E esses carros convencionais no Brasil estão acabando. Não se fabrica mais carro para linha acima de 100 km sem o ar-condicionado, sem a poltrona reclinável. Todos os carros hoje possuem ar-condicionado, poltrona reclinável. A AGERO, que é o gestor do Transporte hoje, só deve conceder em horários nesses 20% que sobrarão de horários para serem transportados de maneira diferencial, ou seja, leito, que esses horários atenda somente 20% da demanda, ou seja, 20% desses horários leito que não vão atender os passes livres, e os outros 80% atenderão os passes livres de acordo com a demanda. Agora eu quero pedir às associações, às entidades, que estão mais próximas do pessoal dos idosos no interior do Estado, que façam uma campanha de conscientização para que, quando um idoso marque a poltrona, ou ele chega lá no dia da viagem e se ele faltar, ele informe à empresa de maneira formalizada de que não vai comparecer naquela viagem, que a poltrona pode ser ocupada por outro idoso. Porque nós temos visto, muitos dos casos, que as pessoas marcam, mas não vão. Ora, pode acontecer de eu marcar uma poltrona com 60 dias, com 40 dias, em função da demanda e chega no dia da viagem: "eu não vou mais! Como eu não paguei nada, eu não estou perdendo nada, eu não vou lá!". Esse é um problema que está acontecendo há muito tempo que toma um lugar de outro. Nós temos visto esse lado também. Eu queria agradecer aos senhores, informar que a gente está preocupado. Nós temos essa questão que a senhora falou ali do não à renovação. Essa é uma preocupação nossa também já faz tempo, Deputado.

Nós continuamos com a carteira em função dessa demanda de documentos que eles exigem, porque hoje é só mostrar a carteirinha. Se eles não aceitarem, chame o fiscal.

Na BR-364, em todos os terminais rodoviários e em alguns de 6 horas da manhã até as 24 horas, que é o caso de Porto Velho, nós temos fiscalização; Ji-Paraná de 6 horas da manhã até as 21 horas; e assim sucessivamente. Muitos de vocês não conhecem onde vocês possam fazer reclamação, porque, se chamar o fiscal, o fiscal vai lá e os obriga a mostrar o sistema.

E o sistema deles acusa se há idoso para aquela viagem ou não.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Conclua.

O SR. RICARDO DE SOUZA FREIRE – Então concluindo aqui, gente. Nós estamos mantendo contato com o SEAS, porque eles têm representação em quase todos os municípios do Estado de Rondônia ou em todos os municípios, para que melhore esse atendimento. A AGERO está aqui também preocupada com essa situação do Passe Livre. Está ali o Murilo, e nós vamos

levar essas questões dessas reclamações, Deputado, para a Mesa para a gente ver como nós podemos fazer para otimizar esse serviço. Muito obrigado, e que Deus abençoe a todos.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado, Ricardo. O senhor Deusdedi Rodrigues Alves.

O SR. DEUSDEDI RODRIGUES ALVES – Bem, Deputado, me permita, em seu nome, presidindo essa Mesa, cumprimentar todas as autoridades que a compõem e dizer que, diante da fala dessas pessoas que nos trouxeram a realidade do que acontece nos municípios, porque o que nós temos aqui é o que a lei diz. Aqui, tanto eu como minha colega Vanusa, que é do Conselho Municipal, que está ali sentadinha, nós trabalhamos baseados no que a lei nos diz, no que a legislação nos traz.

Então sempre nossa atuação vai estar baseada na questão do que a lei nos traz e o nosso trabalho também é feito em rede.

Nós buscamos apoio naquelas instituições que compõem essa rede: Defensoria, Ministério Público, Polícia Militar - quando é necessário -, Polícia Civil, mas uma demanda, Deputado, que foi colocada e eu gostaria de deixar registrado que não é de hoje a nossa luta, é a criação da Delegacia do Idoso. Acho que já está na hora, aliás, já está passando da hora de a gente ter essa delegacia. É muito difícil para o idoso que sofre a violência, que tem seus direitos privados buscar ajuda. Nós temos o Disque 100 que nós trabalhamos muito e que chega ao Ministério Público, chega à Defensoria, acabei de conversar com o Defensor, chega para eles, mas nem todos têm acesso, nós temos que imaginar que por trás de tudo isso existe o abuso financeiro, o abuso psicológico, a maioria desses idosos que ficam reclusos começam entrar no processo de depressão, de autonegligência porque eles entendem que, e ainda procuram culpa, se culpabilizar por estarem naquela situação e na maioria das vezes aquele idoso só tem aquele neto ou aquele filho e acha que ainda ele é o culpado por tudo isso. E nós temos várias formas de violências, a Dona Maria José que também além da ABRAZ é a nossa Conselheira no Conselho Estadual, trouxe aqui que a violência física, sexual, psicológica, o abandono, a negligência, a autonegligência que é essa que o próprio idoso não procura seus direitos, mas talvez, eu não precise usar os 5 minutos Deputado, eu só queria trazer aqui alguns números que dizem que nos últimos 30 anos a população de idosos vem se expandindo, apesar de todas essas dificuldades de saúde que o Estado, às vezes, ainda não traz essas pessoas, mas nós temos um grande número de idosos. Por exemplo, o IBGE nos traz aqui, que em 2000 nós tínhamos 14 milhões de idosos no nosso País; hoje nós temos uma estimativa de 2060 chegar a 73 milhões de idosos. Nós temos uma projeção que em 2040 podemos ter mais idosos do que adolescentes. Por quê? Porque as famílias hoje são famílias pequenas. Até um tempo atrás 5, 6, 7 filhos, hoje não, os casais tem opção e podem fazer isso até pelos meios de prevenção e de proteção de ter um ou dois filhos e isso vai fazer com que em 2040 nós chegamos a ter mais idosos do que adolescentes. Então, eu acho que já está mais do que na hora de a gente fazer alguma coisa e eu queria parabenizar o deputado que desde o primeiro momento em que nós conversamos sobre isso ele tem se colocado à disposição e lembrar que o deputado é Vice-Presidente da Comissão dos Direitos Humanos da Assembleia,

importantíssimo isso também que nós possamos estar lembrando, ou seja, é uma pessoa que está sempre no seu gabinete de portas abertas para que a gente possa chegar e fazer nossas reivindicações. Então, eu queria dizer que nós do Conselho Estadual estamos à disposição, nós temos nossas limitações, nós não temos o poder de polícia nem de Justiça, mas nós temos um instrumento que é o Estatuto e é com ele que nós utilizamos para que a gente possa minimizar a dor e o sofrimento dessa população, não só porque eu estou chegando lá não, mas é uma questão de respeito e dignidade a essas pessoas. E para finalizar deputado, só eu gosto muito do art. 3º que ele diz o seguinte, e aí engloba todo mundo, para que todo mundo possa tomar ciência: “é obrigação da família, da comunidade, da sociedade, do poder público assegurar ao idoso com absoluta prioridade a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade e ao respeito e à convivência comunitária”.

E assim eu encerro, mais uma vez agradecendo e nos colocamos à disposição para que a gente possa está trabalhando. E dizer que estamos nas tratativas finais para acontecer a Conferência Estadual. Os municípios já realizaram as suas conferências e suas demandas vêm para a Conferência Estadual para que a gente possa sair às demandas para que a gente possa levar para Conferência Nacional. Muito obrigado deputado por essa oportunidade.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado, eu que agradeço, agradeço a sua presença, já estivemos juntos em outras oportunidades e vamos estar muitas vezes ainda.

Agora com a palavra a Senhora Alessandra Luna, nossa Presidente da FETAGRO, com um minuto eu aviso.

A SRA. ALESSANDRA DA COSTA LUNA – Bom dia novamente nossas companheiras e companheiros. Está fraco, pois é acho que já estão ficando com fome, eu estou achando. Será? Acho que não, isso aqui é muita resistência.

Bom dia de novo! O Lazineiro queria ouvir vocês com força, ele sabe disso.

Eu queria aqui já dissemos bom dia novamente, já nos abraçamos vários hoje, estamos aí desde antes de ontem conversando bastante sobre os nossos direitos, sobre as nossas lutas, mas, mais uma vez saudar as principais estrelas dessa atividade, desta Audiência Pública que são vocês, que são bravos e bravas lutadores e lutadoras que incansavelmente a gente fala: “ah! Mas, terceira idade precisa ainda lutar por direitos”? As falas de vocês já trouxeram aqui, e a gente dizia Lazineiro, muitos e muitas companheiras e companheiros aqui, que historicamente fundadores dos Sindicatos, outros que estão aí há muitos anos na luta com a gente, outros mais recentes, mas, enfim, da vida inteira, como trabalhador, como agricultor, como agricultora e continuando fazendo essa luta. Porque do contrário que a gente tem ouvido, às vezes, a mídia fazer campanha e outros que não conhecem o que significa dizendo: “Ah não, depois que aposenta não precisa mais lutar.” As falas estão dizendo aí, o desafio continua a resistência pelos nossos direitos. Então, eu queria aqui uma salva de palmas muito forte para vocês, os grandes lutadores e lutadoras que continuam lutando e resistindo pelos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

Querida aqui saudar todos os membros da Mesa, até para ganhar tempo nos meus três minutos, porque se eu for saudar um por um o Lazineiro vai já dizer: “falta 1 minuto.” Não vai ter mais tempo. Então, dizer assim, em nome do nosso companheiro Lazineiro, também sempre dirigente da FETAGRO.

Ele demorou, mas se assumiu como terceira idade. Ele agora não tem, mas está chegando esse ano, mas ele já está se assumindo nesse negócio.

Mas, gente, dizer que da nossa parte já foi dito o que é o projeto, o que significa o movimento sindical, porque nós temos essa luta. Ela é parte da nossa história, da nossa construção. E se o movimento sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais é hoje a maior organização em nível mundial, o Sistema CONTAG, através das nossas federações, dos nossos sindicatos, é exatamente pelo resultado da organização, da luta e das construções dessas pessoas que ao longo da história têm feito a organização do nosso movimento.

Portanto, não seria diferente com relação a priorizar a pauta desse público, a pauta da terceira idade, a pauta dos idosos, não só rurais, porque os momentos de luta nos remetem para várias demandas e desafios que, às vezes, partem de nós, trabalhadores rurais, a proposta e etc., mas quando a gente está fazendo a luta, inclusive não só para os rurais. Mas acima de tudo, para dar voz às questões também aos idosos do campo. Porque um dos desafios que a gente enfrenta no campo tem sido esse. Às vezes, até contenta pensar alguns envolvimento, algumas questões, mas, dificilmente, consegue ter uma estratégia que priorize e consiga olhar também a situação de quem está lá na roça. Seja na história até de priorizar nos atendimentos de saúde dos espaços, até do balle do idoso, às vezes, se não temos a condições de vir, como é isso? Tem uma demanda por lazer, por Saúde, por Educação, por várias demandas. E pensar o campo remete para a gente também outros desafios.

Eu não vou me ater a trazer novamente as pautas porque a Maria, inclusive, já trouxe a sistematização da nossa escuta ao longo do projeto nas várias atividades e oficinas regionais estaduais, foram envolvimento de muitas pessoas.

Encontros regionais tinham alguns que tinham 300, 400 pessoas. Aqui é só uma representação dos que estão aí. Ou seja, são várias questões já postas. E chamar a atenção. Nós queríamos encerrar exatamente com essa audiência pública, exatamente para chamar a atenção desse Estado, não só do Poder Legislativo, porque o senhor Arlindo falou muito bem aqui, não é Lazineiro? É uma pena que, às vezes, em outras audiências públicas, outros temas, estão disputando deputados aqui na Mesa para fazer fala. Por que no tema dos idosos, aí muitos não tem tempo para parar, para ouvir, para pensar.

Então, estrategicamente, pensar essa semana, que é a Semana Nacional de Luta, de Conscientização de Enfrentamento da Violência contra o Idoso, para nós é estar aqui também nesse momento, fazendo manifestação para o Estado de Rondônia no que significa também o que a gente está enfrentando, porque também é uma violência contra o idoso quando muitas políticas, às vezes, tão pensadas, não só no desafio da aplicação dela, mas também hoje que apontam possibilidade de retrocessos. Hoje, inclusive, a gente está vendo o país paralisando, dia de greve, chamando a atenção para as

preocupações dos impactos da reforma da Previdência. Isso é uma pauta também, discutida por nós juntos com a terceira idade porque também nos preocupamos com isso.

Principalmente, trazendo a voz dos idosos rurais, porque imaginar hoje, quando a gente, esse acesso, uma conquista tão grande, se a gente, dependendo das regras que mexe aí, deixa os nossos idosos desamparados, já foi dito aqui, o país é um país que está crescendo o número de idosos. Portanto, as políticas precisam também se preocupar como que a gente amplie o acesso e etc. Nesse sentido, é um grande desafio para a gente. Fizemos um grande enfrentamento há poucos dias, inclusive, na defesa em torno da Medida Provisória 871, porque colocava, inclusive, na nossa visão, muitos idosos em maus lençóis. Porque, às vezes, seja pelo prazo de ser notificado e não conseguir saber o que aconteceu, como conseguir correr a tempo e daí a pouco já descobrir simplesmente que o seu benefício já estava bloqueado. Então, o que significa para a vida das pessoas, que muitas vezes é aquele salário que estava ali dependendo.

Então, a nossa atuação permanente para discutir, para propor, para organizar, porque a nosso ver, tudo isso, às vezes, parece que não, mas são tipos de violência também, muitas vezes. Porque a questão da informação, as campanhas, as coisas, não podem ser uma tarefa só nossa, porque a conscientização, a informação seja do transporte, seja das outras coisas questões, precisa ser uma campanha permanente de nós todos. Porque se vocês passam, a saber, dos seus direitos, conseguem também cobrar e ser efetivo no sentido de garantir que essa política funcione.

Então, nós, Lazineho, o movimento sindical, essa é a nossa tarefa, estamos aqui representamos também esse público oficialmente, legalmente por que são sócios dos nossos sindicatos, mas juntos e juntas, estamos aqui fazendo a grande diferença sobre todas as formas de violência que hoje a gente entende que está impactando o nosso público. Em especial, tivemos aí no Estado também essa semana a Conferência de Saúde, e temos ouvido o que significa. A Delícia, já disse, vinte anos de congelamento para a terceira idade, inclusive o impacto é imenso para os nossos municípios, para os nossos Estados, como gritar, em Rondônia, a situação já é gritante. Então, não é uma luta só nossa de todos nós para que a gente possa realmente rever algumas decisões tomadas porque elas deixam não só a terceira idade, toda a população, mas, em especial esse público numa situação de vulnerabilidade. Portanto, esse é o papel da FETAGRO, nós seguimos em luta, seguimos a frente juntos e juntas com esses companheiros fazendo a defesa dos direitos, esse é o nosso papel. Estaremos aqui sempre vigilantes junto com vocês fazendo a diferença também não só na garantia de direitos na luta na conscientização, mas também lutando contra os retrocessos. Obrigada.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Obrigado Alessandra, muito obrigado. Falar bem alto que é para gente acordar, o forró de ontem está dando trabalho. Eu estou só olhando daqui Doutor, precisa de ver, o forró de ontem, eu vou te contar; lá na roça a gente dorme nove horas, ontem foi meia-noite aí o bicho pega.

Convidar agora a senhora Ana Maria Negreiros, Secretária Municipal da Assistência Social aqui de Porto Velho,

pelo prazo de cinco minutos, com quatro eu aviso. Eu sou enjoado, não sou gente?

A SRA. ANA MARIA NEGREIROS - Bom dia a todos! Já está um bom dia mais forte, não é? Bom dia a toda a nossa terceira idade especialmente aqui presente, é um carinho, é um prazer enorme nós estarmos aqui nesse dia tão importante discutindo políticas públicas e ouvindo a nossa terceira idade. Quero parabenizar o nosso, o nosso Deputado Lazineho, aqui representando o Presidente e proponente desta Audiência, essa Audiência tão importante Deputado. Eu quero aqui parabenizar o senhor e colocar à disposição não só como secretária, mas, como cidadão dessa terra, como filha de pessoas que já estão idosas. E dizer que nós temos um carinho especial pela nossa terceira idade. Se todos pensassem um pouquinho que todos nós vamos envelhecer um dia, eu tenho certeza que o olhar pela nossa terceira idade seria muito melhor. A nossa terceira já fizeram muito pelo nosso Estado de Rondônia, muito pelo nosso Brasil, e porquê que são menos valorizados no nosso Brasil? Então, a gente tem que cada dia mais buscar políticas públicas, buscar ajudar a nossa terceira idade e é por isso que eu fico muito feliz hoje de ser Secretária Adjunta da Assistente Social do Município de Porto Velho, a pedido do Prefeito Hildon Chaves, a qual eu tenho muito carinho e muito respeito pela assistência social. E através da assistência social, nós temos um trabalho diferenciado pelos nossos idosos pela nossa terceira idade. Inclusive está aqui a Dona Ilza, falou sobre transporte, ela faz parte do nosso CRAS Cotinha, que nós temos na nossa Zona Sul que a gente atende os nossos grupos dos idosos através da nossa Secretaria de Assistência Social. E eu queria que cumprimentar também a nossa Secretária Adjunta, a Liana, que temos que temos que estar juntas Liana, ajudando a nossa assistente social, a nossa terceira idade do nosso Município de Porto Velho, e de todo o Estado de Rondônia, e principalmente dos nossos distritos aqui também que precisam da nossa ajuda. Eu quero cumprimentar o Presidente do Conselho Estadual de Direitos da Pessoa Idosa, Deusdedi, em seu nome também cumprimentar a nossa Conselheira Presidente Vanuza, que nós estávamos agora numa rodada de conversa juntamente com a Prefeitura Municipal de Porto Velho, com o Conselho Municipal para debatermos as políticas de fato e de direito que é feito pelo Município de Porto Velho, a nossa terceira idade. E parabenizar Vanuza, pelo seu trabalho aqui a sua defesa no nosso Município de Porto Velho, pela nossa terceira idade através do nosso Conselho. Cumprimentar a Alessandra, essa guerreira que eu vejo aí esse apoio que você dá para os nossos Sindicato Rural, em seu nome cumprimentar aqui a todos os nossos idosos rurais que estão vindo de tão longe para poder serem ouvidos. E aqui eu peço uma salva de palmas nossos idosos rurais que estão aqui defendendo seu direito, e é muito bonito a gente ver essa força, essa vontade que os nossos idosos têm, eles são ativos. Eu participo quase todas as sextas-feiras do nosso Centro de Convivência que nós temos Deputado, e eu convido o senhor para conhecer, não sei se o senhor já conhece o nosso Centro de Convivência do Idoso, que nós temos aqui em Porto Velho, e essas lindas meninas aqui participam que era até cumprimentar em seu nome.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Tem forró lá Secretária?

A SRA. ANA MARIA NEGREIROS - Todas as sextas-feiras, eu quero te convidar para você dançar um forró e um Carimbó como essas lindas meninas aqui dançam no nosso CCI. E quando eu preciso me alegrar me motivar, eu vou lá para o CCI, porque ali a gente vê a felicidade de verdade, a gente vê alegria de tanto quem já fez pelo nosso Estado, tanto que já fez pelas famílias e ali eles precisam sabe de que? Só te amor, carinho e respeito que é necessário.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Um minuto, Secretária.

A SRA. ANA MARIA NEGREIROS – Eu queria poder falar mais, Deputado. Eu queria poder falar um pouquinho do nosso trabalho que a gente faz hoje no nosso município, porque amanhã nós vamos ter o nosso 'Dia Mundial de Conscientização da Violência Contra a Pessoa Idosa'. Estamos vestindo essa camiseta. Chega da violência com a pessoa idosa. Infelizmente existe, sim, mas é tão pouco divulgada. Hoje no nosso município nós temos o CREAS que nós fazemos esse atendimento psicossocial, os nossos idosos, que infelizmente são vítimas de violência. E, deputado, e ano passado nós tínhamos mais de 100 idosos esperando para serem atendidos. Hoje nós temos menos de 10 idosos, mais de 90% sendo atendidos e cada vez mais vamos buscar políticas públicas para atender os nossos idosos. E, principalmente, procurar políticas públicas para a não-violência. A gente tem que procurar é trabalhar a cada dia mais através dos municípios, do Estado de Rondônia, da nossa capital, é que nós trabalhamos para a prevenção e um trabalho melhor pela nossa terceira idade.

Eu finalizo, aqui, pedindo a nossa Assembleia Legislativa, ao nosso Governo do Estado de Rondônia, juntamente com o nosso Município de Porto Velho, em nome do nosso prefeito Hildon Chaves, que a gente una força para gente trabalhar pela nossa terceira idade, que tanto fez, e que tanto precisa de ajuda. E nós estamos, eu cheguei hoje de Brasília, deputado, só pedir desculpa pelo alongamento, mas só pedir o seu apoio.

Cheguei, hoje, de Brasília, estava com a Bancada Federal pedindo ajuda, que nós vamos construir um Centro de Longa Permanência que foi tanto discutido aqui na nossa Capital, Secretária. Nós precisamos do apoio da Assembleia Legislativa, nós precisamos do apoio da nossa Bancada Federal nesse recurso, para que a gente possa ter a nossa contrapartida, já finalizamos o nosso projeto. E, eu vou entregar em seu nome o Projeto do nosso Centro de Longa Permanência, porque o Prefeito Hildon Chaves quer é de urgência a construção desse Centro juntamente, que nós já temos o nosso Centro de Convivência.

Assinamos, ontem, no Governo Federal o Projeto Viver, Secretária, que nós vamos receber, a partir do final do mês, 10 computadores para levar também as redes sociais para nossa terceira idade de Porto Velho. E vamos trabalhar, também, Secretária para levar, estender aos demais municípios do nosso Estado de Rondônia. Então vamos, juntos, nessa corrente do bem, ajudar a nossa terceira idade de Porto Velho de todos Estado de Rondônia, que tanto precisa. E, para finalizar, Deputado, eu queria entregar juntamente com a nossa conselheira uma camisa, para nós vestirmos essa camisa: 'Não à violência contra nossa terceira idade'.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO(Presidente) – OK.

A SRA. ANA MARIA NEGREIROS – Vamos trabalhar com políticas públicas e ajudar a terceira idade de Rondônia, que tanto precisa. Viva a terceira idade! Que Deus abençoe!

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Obrigado, Secretária. Em seguida será a nossa senhora Liana, que a Secretária de Estado, Adjunta da SEAS.

A SRA. LIANA SILVA DE ALMEIDA LIMA – Eu vou fazer igual a nossa amiga Alessandra, que cumprimentou a todos de forma geral, e ali eu deixo o meu cumprimento com a nossa foto de ontem. Alguém já se identificou ali na foto? Então, cumprimentar a todos que estão aqui presentes, a todos da Mesa, também. Parabenizar a Alessandra e a todo o Movimento, aí, por conta desta oportunidade da nossa Terceira Idade ter voz. Então, assim, eu fico muito feliz de estar participando deste primeiro momento, também, aqui com vocês. Está certo? Então, só para pagar o que eu falei, ontem, eu disse que iria trazer algumas respostas para algumas pessoas que me procuraram. E a gente pode entrar lá. Na outra tela, na segunda tela, lá.

Só um minutinho. Eu vou pedir só uns dois minutinhos a mais do nosso deputado, porque são algumas respostas que eles pediram. E ontem eu não compareci ao baile, justamente, porque eu estava organizando um pouquinho às respostas para eles, certo? Fiquei sabendo do baile, vontade não faltou de ir.

Eu estive com vocês na meia manhã de ontem e também na tarde para poder colher realmente a necessidade de vocês.

E começar esta explanação, justamente, com o que está no folder de vocês. Respeitar a pessoa idosa é tratar o próprio futuro com respeito. É dever de todos prevenir a ameaça, ou, a violação dos direitos da pessoa idosa.

Eu fico feliz com a fala da nossa Secretária Adjunta da SEMASF, Ana Negreiro, porque ela fala de quê? Uma palavra que eu uso muito ontem, qual foi? Unir forças, união. Neste momento, como nós vamos trabalhar com políticas que realmente ainda não fizeram valer o direito da pessoa idosa, nós precisamos trabalhar com planejamento. E a Alessandra falou uma palavra muito importante, chamada estratégia. A gente só tem estratégia a partir do momento que a gente planeja o que vai fazer. E esse planejamento, foi como eu expliquei para vocês, nós estamos trabalhando no PPA dos próximos quatro anos para que possamos trabalhar políticas com eficiência e eficácia, para que chegue realmente a resolver ou minimizar os problemas da terceira idade, as dificuldades, porque problemas a gente consegue avançar.

Perguntaram ontem para mim, a questão...É só para responder algumas perguntas de ontem. Dentro da Reforma da Previdência, que foi citado pela Alessandra, aí o tempo mínimo para os militares, passou de 30 para 35 de serviço e a idade mínima hoje é de 44 a 66. Dependendo do cargo ou da graduação, dentro da Reforma, aumentou esse prazo para os militares também, que foi para os de 50 a 70 anos. Então, houve uma mudança também na regra para os militares. Foi o que perguntaram ontem.

Outra questão também, que foi citada aqui, foi o salário do pessoal até R\$ 3 mil, que é o que a maioria recebe. Então,

na Reforma, como é que fica? Quem ganha até mil reais, hoje, tem o desconto do INSS no valor de 8%, isso no que está acontecendo hoje. Com a Reforma, pós Reforma da Previdência, vai diminuir esse valor para quem ganha menos. Vai para 7,5%. Então, na Reforma, vai diminuir o valor.

Outra questão é o salário, quem ganha até R\$ 2 mil, hoje desconta 9% para aposentadoria. Após a Reforma vai aumentar ou vai diminuir? Eu vou explicar também essa parte.

Aí, diminui para 8,25%. Quem ganha até R\$ 3 mil, hoje desconta quanto? 11%. Com a Reforma vai para 9,5%, ou seja, vai haver uma diminuição da carga tributária para quem recebe menos. Então, gente, como eu falei ontem para vocês, quando a gente faz um trabalho de Reforma, o Brasil como um todo.

Lembra que eu falei do livro do Bicho de Sete Cabeças? Sim, então eu falei sobre esse livro, esse livro mostra direitinho que se não houver uma Reforma em toda questão tributária nos impostos que nós pagamos, o nosso Brasil vai continuar igual ou desigual? Desigual. A desigualdade vai continuar. Por que há necessidade dessa Reforma? Dentro da regra geral, quem recebe no INSS, hoje era assim distribuído, olha, por exemplo...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Um minuto, Secretária.

A SRA. ELIANA SILVA DE ALMEIDA LIMA – – Estou acabando. O benefício médio, para quem ganha hoje R\$ 1.420,00, essa é a média que recebe; no Poder Executivo, a média que recebe hoje R\$ 8.478,00; no Poder Judiciário, R\$ 18 mil, e no Poder, para os políticos, R\$ 26.823,00. Isso aqui é a média de hoje. Com a Reforma, na regra geral, o que é que vai acontecer? A proposta é equiparar para que todos recebem no máximo esses valores. O contribuinte que ganha menos vai receber R\$ 5.830,00, o Poder Executivo da mesma forma, o Judiciário da mesma forma e os políticos da mesma forma. Então, assim, é uma necessidade de haver o quê? Uma equiparação, um nivelamento para todos os salários. Isso é só uma forma mais ilustrativa de mostrar como que beneficiará quem ganha menos quando mudar a Reforma.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Para concluir, Secretária.

A SRA. ELIANA SILVA DE ALMEIDA LIMA – Vou concluir. É uma coisa importante, porque eles me perguntaram. Então eu preciso passar isso. Já foi falado sobre essa questão da pirâmide, não é? Olha, até 1980, a base da pirâmide eram os jovens. Isso daí é só ilustrando, porque todo mundo já falou.

Em 2010, a pirâmide já começa a inchar porque as pessoas começam aumentar o número de pessoas que vão envelhecer, que envelheceram nesse período.

A previsão do IBGE para 2060 é que não tenha mais...

Os jovens diminuíam muito, e o Brasil vai se tornar mais maduro ou menos maduro? Mais maduro. Quem vai pagar isso, se todo mundo, se a maioria vai se aposentar? Então, a Reforma é uma prevenção do que vai acontecer lá no futuro.

Só para concluir agora. Esses são dados, viu por que ontem eu não fui para o baile, não é? Fiquei preparando isso aí para vocês. Aqui, só um momentozinho de lazer com vocês,

que eu fiz questão de trazer fazer como a D. Delícia ali, eu quero parabenizar D. Delícia pela fala também e por cada um que aqui se expressou. Só fazendo uma pequena homenagem para vocês. E eu quero falar o seguinte: tem uma coisa mais importante aqui, além de tudo isso que eu falei, é só voltar um pouquinho. Como eu falei do planejamento, a Secretária, em relação às academias, só uma observação que é necessária, Deputado, justamente para os Deputados. O quantitativo em 2018, foram instaladas em média 45 academias, no ano de 2018, dentre elas, algumas aguardando instalação, outras aguardando o tombamento e muitas foram entregues, porém, o que acontece? Em 2019, esse ano, nós temos até o momento o pedido, através de emenda parlamentar, de duas academias pelos Deputados Adelino Follador e o Deputado Neidson, elas são destinadas ao município de Ariquemes, Alta Floresta, Guajará-Mirim e Porto Velho. Total delas: cento e vinte mil para as aquisições de equipamentos de ginástica ao ar livre.

Agora o que acontece? Nesse mesmo período, nós estamos em junho...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente)- Para concluir, Secretária.

A SRA. LIANA SILVA DE ALMEIDA LIMA – Nesse mesmo período, nós temos aqui em 2018 já era 40% executado, e, agora até o momento a gente ainda não recebeu as emendas, no sentido de pedidos para que fossem instaladas mais academias. E a gente pede assim justamente que seja instigado para que a gente possa instalar mais academias. Eu quero agradecer a todos vocês, eu tinha muito que falar, eu gostei muito desse congresso, parabenizo ao projeto de todos e eu vou estar junto com vocês acompanhando. Muito obrigada.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente)- Obrigado Secretária. Cumprimentar aqui a todos os Vereadores, Vereador Aldemiro, lá de Alvorada; Vereador Joãozinho está lá também, o Valmir está aqui também. Quem mais Vereador? São só por enquanto. E é um agradecimento especial ao senhor Valterley. Uma salva de palmas para ele, que tem acompanhado as nossas lindas bailarinas. Muito obrigado Valterley pela contribuição conosco, está bom.

Agora vamos ouvir o Dr. Eduardo, defensor público, Eduardo Kassuga. Obrigado Doutor.

O SR. EDUARDO KASSUGA - Bom dia a todos, meu nome é Eduardo Kassuga, eu sou Defensor Público Federal. A Defensoria Pública Federal é um órgão do Governo é uma instituição permanente autônoma e ela serve para prestar assistência jurídica integral e gratuita a todas as pessoas que se encontram em situações de vulnerabilidade. Especificamente em relação aos direitos dos idosos, nós temos uma área muito ampla de atuação, a questão que envolve os benefícios previdenciários, os benefícios assistenciais, tudo isso para os idosos que não possam contratar advogados, a Defensoria Pública da União atua, mas, especificamente em relação ao meu trabalho, eu não presto essa assistência em casos individuais; o meu objetivo, a instituição me coloca aqui para tratar dos direitos no âmbito coletivo. Então se há uma violação sistemática de direitos contra pessoas idosas, seja em relação

à questão da saúde, que foi algo que me chamou muito atenção, isso é uma provocação para o nosso órgão. Estou de olho aqui no horário, está bom, senhor Deputado; e provoca a nossa atuação. Mas, recentemente o que a gente tem percebido, muito no âmbito individual, é que não obstante, a gente consiga sucesso em decisões judiciais para conseguir um medicamento, conseguir uma internação, há uma dificuldade enorme, hercúlea, de conseguir a sua execução. Então a gente ganha, mas, não leva; e assim muitas vezes não só idosos, mas, crianças e todas as pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade fisiológica vema falecer no curso do processo.

Isso demonstra que a nossa atuação não tem sido muito eficiente, apesar de não ser diretamente uma culpa nossa, enquanto gestores de processos, nós não são gestores, nós somos quase advogados, por assim dizer. Então a gente precisa ocupar outros espaços, outras vias para conseguir efetivar direitos. Estar aqui nessa audiência pública hoje é uma forma, é outra via e é muito importante. Por isso, gostaria de agradecer ao senhor Deputado Lazinho por esse espaço de fala, por esse convite, mas, recentemente a gente tem visto que o Poder Legislativo de Rondônia tem chamado muito a Defensoria Pública da União para estar presente, ouvir os senhores e as senhoras, isso é um compromisso com a Defensoria Pública, em última análise, com aqueles que precisam de assistência jurídica gratuita, que é louvável. Então muito obrigado Deputado, e, cumprimento esta Mesa também na figura do senhor Deputado.

Por fim não vou utilizar todos os cinco minutos, até porque o meu colega, o Dr. Sérgio tem que falar também e o Deputado tem que passar os encaminhamentos, elogiar a forma como o senhor Deputado tem conduzido essa audiência, para que ela encerre meio-dia, isso é muito importante também, porque tem que ser da objetividade ao ato, e, me preocupou bastante a questão relacionada à saúde que foi melhor trazida pela Dona Maria Cavalcante Vicente, não sei se ela se encontra ainda presente, estou sem óculos, perdão. Eu gostaria depois de conversar com a senhora porque eu notei críticas em relação às filas de agendamento de cirurgia e os medicamentos de alta complexidade, principalmente no que se refere a hipertensão e diabetes. Eu acho que é possível um diálogo com a SESAU e a gente, na medida do possível, tentar resolver isso. Em último caso, se não for possível, provocar o Poder Judiciário para isso.

E também aquilo que a Dona Delícia destacou em relação à distribuição desses medicamentos nos interiores do Estado.

Então é preciso também averiguar porque a Secretaria Estadual de Saúde – será que está havendo alguma deficiência nisso ou é um caso episódico do Município, salvo engano, de Rolim de Moura? Enfim, esse é o nosso papel aqui: é ouvir os senhores e tentar veicular suas pretensões e demandas com vistas a resolvê-las. Muito obrigado pela atenção. Muito obrigado a todos.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Muito obrigado Doutor. Olha aí, Doutor gastou só 4 minutos. Ele não vai pagar o almoço, está bom? Eu acho que ele é mineiro. Tem muito mineiro aqui, não? Levanta a mão aí os mineiros. Aí ó. E paranaense? Tem paranaense também, não? Nosso estado do Paraná. Eu também sou paranaense. O Doutor é carioca.

Passo então agora a palavra para o Doutor Sérgio Muniz, que é o Defensor Público, Coordenador do Núcleo da Cidadania aqui no nosso Estado.

O SR. SÉRGIO MUNIZ NEVES – Bom dia a todos. Gostaria de cumprimentar a mesa na pessoa do Deputado Lazinho.

Agradecer muito ao Deputado e a esta Casa de Leis, por abrir esse espaço democrático e dar oportunidade não só dos órgãos se fazerem representar, como da população se fazer ouvida.

A Casa de Leis serve para isso, Deputado. E, mais uma vez, parabéns ao senhor por esta iniciativa. Cumprimento também meu colega de profissão, Doutor Eduardo. Eu nasci num lugar bem próximo do seu. Nasci em Niterói, sou niteroiense. E cumprimento a todos os presentes.

Para não me alongar mais no tempo, até porque o Doutor Eduardo já deu uma aula do que é Defensoria, do posicionamento dela no sistema de justiça, da Constituição Federal, para que serve e para que não serve. Eu gostaria de colocar a Defensoria Pública do Estado à disposição de todos vocês. Todos! Se vocês têm algum problema, algum direito violado, seja ele na saúde, seja ele nos transportes, eu atuo, a minha titularidade é do primeiro atendimento, é do atendimento inicial da população, e a gente faz esse atendimento no prédio do Tudo Aqui, aqui na Sete de Setembro.

Qualquer problema que vocês possuam, qualquer situação de violação de direitos, seja coletivo, como o Doutor Eduardo falou, ou individual, um problema que seja somente de vocês, vocês podem procurar a Defensoria. Eu vejo aqui que, até pelo que o Deputado Lazinho falou, tem muita gente do interior aqui. A nossa Defensoria do Estado está bastante interiorizada. Nós temos uma capilaridade muito grande e nós temos núcleos em várias cidades do interior do Estado, não em todas as cidades, mas na maioria das cidades nós temos núcleos de atendimento com defensores e assessoria para fazer o atendimento de vocês. Portanto, se vocês tiverem algum tipo de problema, por exemplo, teve um senhor aqui que falou que era de Vilhena. Nós temos núcleo com 3 defensores públicos e assessoria correspondente no Município de Vilhena. E em demais municípios do Estado, nós temos Defensoria. A Defensoria existe não para a Defensoria.

A Defensoria existe para vocês. Vocês são a razão do nosso existir. Portanto, qualquer tipo de problema, qualquer tipo de direito violado, eu peço encarecidamente que vocês compareçam ao núcleo para fazer essa denúncia e a gente vai tentar gestionar junto aos órgãos, seja através da medida administrativa, seja através de judicialização, resolver o problema de vocês. Está OK? No mais, eu quero me colocar pessoalmente à disposição de todos vocês. Quem quiser me procurar, procurar o nosso Núcleo da Cidadania aqui no Tudo Aqui, no Shopping Cidadão, fique à vontade e nós estamos lá para recebê-los. Mais uma vez, Deputado Lazinho, eu quero agradecer em nome da Defensoria Pública do Estado o convite para a gente participar deste momento tão belo, tão importante da nossa democracia. É assim que a gente consegue resolver os problemas da sociedade: ouvindo-a, conversando. Mais uma vez, muito obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Muito obrigado, Doutor. Eu é que agradeço. Esta Casa é que agradece. Três minutos e 53 segundos: menos que o Doutor Eduardo. Os dois cariocas aqui estão botando para quebrar. Eu peço desculpas pela forma como eu gosto de conduzir. Essa é a minha forma

de conduzir as audiências. Costuma-se se ter audiências aqui de durar 5, 6, 7 horas fazendo Audiência Pública, discutindo a mesma coisa falando da mesma coisa e não conseguindo avançar, eu acho que a gente tem que agilizar isso e aí eu peço desculpas a vocês por ter sido chato durante toda a Audiência.

Mas, eu gostaria também de frisar algumas coisas, inclusive, com relação à Reforma da Previdência, Secretária, e eu acho importante que nós vivemos nessa democracia e ela consegue trazer para nós a oportunidade de fazer essas discussões. Vou falar, porque ontem, por exemplo, a apresentação do relatório feito pelo relator deu uma boa modificada no que se refere aos rurais acatando as pautas da CONTAG em Brasília e da luta nossa em todos os Estados, eu devo ter feito umas 30 Audiências Públicas nesse Estado discutindo a Reforma da Previdência e fizemos uma enorme aqui juntamente com os nossos Sindicatos e as Câmaras Municipais. O questionamento maior eu parto do princípio de que a Previdência não deve ser separada da Seguridade Social.

Quando você trata de Seguridade Social, você trata de saúde, educação e a parte da social. O que nós questionamos? Porque que os governos ao longo da história e o governo não cumpre com o que diz a Lei no que se refere ao repasse. Esse é o primeiro passo, ao repasse dos tributos que é da Seguridade Social. Não cumpre.

Não cumpre. Ele retira na realidade, esse ano foi retirado R\$ 600 bilhões da Previdência para outros fins através da DRU, então esse é um fator.

Outro fator que nós questionávamos, é a idade do rural.

Um homem rural e uma mulher rural aposentar com 60 e 65 anos para quem um dia puxou o cabo da inçada sabe que é muito difícil de acontecer.

Outra coisa é a quantidade de anos para você aposentar.

Você contribui, você já pensou para pegar 100% contribuir 40 anos para se aposentar e aí é rural e é urbano, o caso do rural era 20 para os dois, agora ficou a proposta 20 para o homem e 15 para a mulher; a mulher ficou com 55 e o homem ficou com 60 como era. Então isso melhorou. Mas, se você pegar os 40 anos para aposentar ininterruptos para pegar 100%, isso precisa ser discutido.

Outra coisa que eu discuto é porque não cobrar das empresas que devem para a Previdência? Os governos não fazem isso. Aí se você pegar o déficit da Previdência e o que as empresas devem não tinha dívida, não ia ter dívida.

Outra coisa é resolver o problema do déficit da Previdência é gerar emprego, quando você gera emprego, por exemplo, 2014 não tinha déficit da Previdência, 2013 não teve, 2012 não teve, 2011 não teve, por quê? Porque tinha pleno emprego no Brasil. Então a nossa dificuldade é gerar emprego.

Outra coisa que nós sempre questionamos é a forma de capitalização, que é a forma de você recolher os tributos para um banco particular, nós temos esses problemas e eu não confio no sistema financeiro brasileiro e não confio nos Bancos que não vão estar preocupados depois no cálculo, por exemplo, final da Previdência em pagar o que realmente é. Então é isso, eu acho que a gente pode, para não delongar, a gente pode

superar esses problemas fazendo as ações que previnam para a gente não precisar fazer a Reforma e tirar dos trabalhadores.

Nós discutimos aqui no Estado o aumento para treze e meio por cento, queriam ir para quatorze aqui da Previdência do Estado, eu votei contra aumentar um centavo porque a discussão do IPERON, por exemplo, não é discutir que agora vai entrar no déficit, é discutir onde é que foi os 10 milhões atrasados, milhões que tinha até 2010 e esse dinheiro não apareceu, sumiu no Estado. Então, não é culpa do trabalhador que trabalha para o Estado. Então é isso que a gente tem discutido.

Eu acho que tem que fazer reformas, inclusive, na Previdência, tem que fazer as reformas, pegando de cima para baixo, de cima para baixo fazer a Reforma. Outra coisa é tratar, eu sou hoje, tenho um cargo político, eu nunca vou me aposentar como Deputado, a não ser que eu tenha mais 8 cargos, 8 mandados. Eu não aposento com esse salário e com esse mandato se eu não pagar.

Então, dizer que o rico vai ter a mesma aposentadoria do pequeno é, por exemplo, dizer que ele não vai poder contribuir para particular dele lá em receber particular, ele vai poder. Então quando ele pode contribuir para particular ele pode ganhar mais depois, agora na Esfera Federal, por exemplo, dos políticos lá no Congresso tem aposentadoria e uns aderem, mas pagando mais, isso tem que ficar claro também, pagando mais para poder aposentar com mais, então é muito cuidadoso é muito cuidado, o Chile adotou esse mesmo sistema de aposentadoria e tem idosos se matando lá no Chile porque não consegue viver para comprar nem remédio. Não sou eu quem estou dizendo, é a história chilena, são os chilenos que dizem isso, é a história e são documentos que comprovam isso. Então, a gente precisa discutir.

Outra coisa, a reforma não começou agora. Em 2003 teve reforma. Eu participei de negociações com o presidente, na época, pessoalmente da reforma. Em 2011, 2011 Maria ou 2012? 2012 e 2013? 2012 e 2013 também teve eu participei como presidente, como diretor da FETAGRO, da discussão com a presidente na época, Dilma. E o que pedimos? É democracia.

É que discuta com a sociedade e tenha coragem para fazer isso, para a gente achar um meio termo na reforma que precisa ser feita. Eu acho que a gente consegue fazer isso.

Precisa o governo saber disso, que a sociedade não pode ficar escutando sem poder fazer nada, por isso hoje a greve nacional. Então, são atitudes que a gente precisa mudar no conceito político do nosso país e do nosso estado.

Mas, concordo que a gente precisa fazer reformas, sim.

Não pelo motivo que está sendo dito e não dizer que vai ter igualdade também, que nós nunca vamos ter igualdade com os ricos. A não ser que a nossa renda aumente muito. O salário mínimo aumente muito, seja descongelado, não seja congelado, não é Delícia? Descongelar a Educação, descongelar a Saúde.

A gente precisa.

Eu dou para a senhora um minuto, que é para eu passar agora só as indicações. Só um minutinho a dona.

A SRA. LIANA SILVA DE ALMEIDA LIMA – Só um segundinho. Com certeza, o que eu quero deixar claro aqui é, justamente, a necessidade de haver a reforma. E como bem o deputado falou, é justamente essa questão, nós precisamos em conjunto achar a melhor forma. Tanto é que a previdência dos rurais está sendo discutida e avaliada justamente por conta da luta e da batalha de cada um de vocês. Isso é importante. A FETAGRO está à frente disso aí e isso é uma proposta excelente, buscar... Olham, está doendo aqui no meu calcanhar, eu vou lá atrás. Mas o que é necessário e que eu falei desde ontem com vocês? A questão é a gente entender, trazer dados para que nós possamos tirar a análise disso e ver o que é melhor para nós. Uma questão da revisão, eu até imprimi aqui aquela PL 11, o problema da previdência, principalmente, na área rural é a questão das fraudes que houveram, eu trouxe dados também, mas não vai dar tempo, em outra oportunidade nós vamos sentar com isso. Muita fraude houve na previdência e é necessário que haja essa recuperação.

E também tem outro ponto importante, justamente, analisar o que vai melhor beneficiar cada um de nós. É só isso que é importante. E é importante o quê? A união, estarmos atentos aos dados, estarmos atentos as estatísticas e estudar.

Porque, eu como professora, vocês sabem, a gente precisa mostrar dados e analisar esse dados de maneira correta.

É somente isso. Obrigada.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente)- Obrigada. O senhor quer um minutinho? Nós ainda temos um minutinho para eu fazer os encaminhamentos.

O SR. MURILO TORRES – Obrigada deputado. Eu vou dispensar as formalidades, lógico, porque nós idosos temos pressa. É só para trazer uma informação positiva. Eu represento a AGERO, que hoje está com a regulamentação do transporte intermunicipal no Estado. E ciente desses problemas com as passagens, com gratuidade nós estamos elaborando uma resolução que está em fase final, deve sair nos próximos dias, tentando acatar as recomendações do Ministério Público para ver se a gente consegue exterminar esse problema de vagas nos ônibus com gratuidade e com a redução. Somente isso que a gente tinha para apresentar para vocês. Um abraço a todos e continuem na luta.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente)- Muito obrigado doutor. Vamos lá então, rapidinho.

Quais são as propostas? Além das propostas que saíram aqui que já estão registradas, a gente pensou em alguma coisa também para poder encaminhar junto com vocês aqui. Uma delas é que a gente discuta a criação no Estado de uma Delegacia

Especializada para Atendimento da Pessoa da Terceira Idade.

Nós temos que discutir isso com o Governo do Estado, com o apoio do Ministério Público e de todo o setor governamental do nosso Estado. Então, temos que criar essa legacia também.

Da mesma forma que nós estamos trabalhando na questão da mulher, que isso seja feito também na questão do idoso.

Eu vou encaminhar para esta Casa a criação do Dia Estadual de Conscientização Contra a Violência ao Idoso e acompanhando isso, criar a Semana Estadual de Enfrentamento da Violência contra o Idoso. Então, propor isso aqui que são instrumentos de mobilizar a sociedade para poder discutir.

A proposta aqui que a dona Aurora trouxe, de criação dos Centros de Cuidados com o Idoso nas regionais, dona Aurora. Essa é uma coisa que pode ser feita porque já tem os hospitais. Nós estamos aqui também com essa proposta. Vamos encaminhar ao governo.

Instituir também o Dia do Cuidador do Idoso, para valorizar a profissão. Eu não sei aqui tem algum cuidador, porque eu cuido da minha idosa lá em casa, mas, cada um aqui cuida do seu idoso, mas, temos uma profissão cuidador de idoso.

Discutir com o Governo, essa questão da passagem, melhorar, melhorar a fiscalização. E discutir com o Governo a participação do Governo Secretária, no custo dessas passagens, dar-se incentivo fiscal Doutor, para várias coisas. Então, as empresas também; não pode bancar tudo, e eu não sou empresário, mas, eu sei que a gente a gente tem que discutir isso junto ao Governo de forma que, se já dá incentivo é uma coisa, se não dá discutir alguma coisa nesse sentido para que as empresas também sejam ressarcidas. Olha que eu não estou defendendo a Cascavel nem outra empresa, mas para cumprir a Lei, nós também temos que dar a oportunidade para que seja cumprida, não é? Essa é uma das propostas.

Melhorar a fiscalização como já foi dito aqui, isso aí precisa mesmo melhorar a fiscalização. E aí Secretária, se precisar mudar a Lei, aí prepare, encaminhe para nós que imediatamente a gente vota aqui. E daí Secretária, uma proposta para secretaria da senhora, que é criar um grupo de trabalho imediato para que a gente nesses pontos propostos nessa Audiência seja encaminhado junto ao Governo. E aí eu carrego democraticamente à senhora porque da pasta, para a gente poder chamar o Ministério Público, chamar o DER, chamar o nosso Gabinete, chamar as pessoas interessadas em discutir isso de uma forma que a FETAGRO, por exemplo, a gente encaminhar isso mais rápido possível; porque senão vai para o esquecimento, a gente faz Audiência e acaba indo para o esquecimento a gente não consegue encaminhar Ok, então, essas propostas que a gente tira da Audiência. Eu acho

que a gente vai ter mais idéias, claro que a gente vai aprendendo, a gente vai aprendendo a mexer com a terceira idade, e eu agora que estou chegando lá, eu já sou, mas eu estou chegando mais perto não é Alessandra, dia 5 de setembro, eu completo sessentinha com muito prazer, volto a repetir, a gente vai poder aprender mais a mexer com idoso, é isso? Então esses encaminhamentos, nós vamos fazer, nossa assessoria ali da Casa, vai fazer, fechar a ata, eu vou entregar esse aqui para eles, depois a gente vai, que a ata tiver fechada, a gente vai fazer uma reunião com a Secretária Adjunta aí, a Secretária Titular da SEAS, e se possível a gente chama o Ministério Público, para poder participar com a gente dessa reunião imediata, para criar esse grupo e já tocar as ações do mandato ok? Beleza? Mais algum encaminhamento claro ou por enquanto é isso? É isto? Muito bem. Eu quero então agradecer a todos os participantes dessa Mesa, Maria, por favor, Maria, tem microfone aí tem? É um microfone.

A SRA. MARIA CAVALCANTE VICENTE - Desculpa, mas eu não poderia deixar de passar. Como a saúde não está presente, em nenhum momento que a gente convocou a saúde do Estado de Rondônia, esteve presente. E o grande problema é que a gente tem uma urgência em fazer a questão das cirurgias de catarata no interior do Estado. Esta Assembleia precisa convocar e construir se for preciso o Ministério da Saúde, a Coordenação Nacional de Saúde já se colocou à disposição para construir junto, e a gente convoca, combina. E aí essa Câmara colocar nesse acordo aí como na Mesa não está, e aí é imprescindível que não se esqueça dessa parte da Saúde principalmente nas filas.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Obrigado. As meninas chegaram, me desculpe, da Saúde estão aqui, foi anunciado, não é? Isso. De toda forma vocês vão participar conosco dessas reuniões e ver dentro da secretaria o que a gente pode implementar. Volto a repetir, nós não vamos resolver os problemas do mundo no dia, mas eu tenho certeza se a gente der um passinho a gente já vai se sentir melhor, não é isso?

Gente agradeço a todos os que participaram da Mesa, agradeço as meninas da saúde que estão aqui, agradeço a todos vocês que vieram do Estado todo.

E invocando a proteção de Deus, que dê a todos nós uma boa viagem de volta para casa, Deus nos proteja.

Invocando a proteção de Deus em nome do povo rondoniense, eu declaro encerrada mais esta Audiência Pública, que Deus abençoe.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 11h53min)

SUP. DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº2757/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

EXONERAR

ADRIANE MAGALHAES, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-17, do Gabinete do Deputado Anderson Pereira, a contar de 1º de junho de 2019.

Porto Velho, 03 de junho de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2858/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

NOMEAR

ADRIANO SOARES LIMA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-12, no Gabinete da Comissão Permanente de Finanças, Economia, Tributação, Orçamento e Organização Administrativa, a contar de 03 de junho de 2019.

Porto Velho, 11 de junho de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2867/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

NOMEAR

ADELAR MACHADO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-13, no Gabinete do Deputado Edson Martins, a contar de 03 de junho de 2019.

Porto Velho, 11 de junho de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2743/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

EXONERAR

A pedido, o servidor **ANDRE DE LIMA E SILVA**, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-29, do Gabinete da Comissão Permanente de Segurança pública, a contar de 1º de junho de 2019.

Porto Velho, 03 de junho de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2922/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

ALTERAR

O Cargo em Comissão da Servidora **ANDRESSA APARECIDA SANSÃO SILVA**, matrícula 200166081, para Assessor Técnico, código AT-26 e relatar no Gabinete da Comissão Permanente de Defesa do Consumidor, a contar de 03 de junho de 2019.

Porto Velho, 12 de junho de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2769/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

NOMEAR

CARLA CRISTINA VIDAL RODRIGUES, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-21, no Gabinete da Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente, da Mulher e do Idoso, a contar de 03 de junho de 2019.

Porto Velho, 03 de junho de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2724/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

EXONERAR

CHRISTOPHER LEONARDO DE OLVEIRA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-23, do Gabinete do Deputado Eyder Brasil, a contar de 30 de maio de 2019.

Porto Velho, 27 de maio de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2760/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

NOMEAR

CLAUDINEI OLIVEIRA DA SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-12, no Gabinete do Deputado Anderson Pereira, a contar de 03 de junho de 2019.

Porto Velho, 03 de junho de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2880/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

NOMEAR

DANILLO PAIXÃO DE OLIVEIRA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-12, no Gabinete da Deputada Cássia Muleta, a contar de 03 de junho de 2019.

Porto Velho, 11 de junho de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2881/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

NOMEAR

ERCULIS FERREIRA DOS SANTOS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-12, no Gabinete do Deputado Laerte Gomes, a contar de 03 de junho de 2019.

Porto Velho, 11 de junho de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2968/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

EXONERAR

FABIO LUIZ DE BARROS, do Cargo de Provimento em Comissão de Presidente de Comissão de Assessor Militar, Ref.

ASM, da Secretaria de Segurança Institucional, a contar de 1º de junho de 2019.

Porto Velho, 12 de junho de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2865/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

A L T E R A R

O Cargo em Comissão da Servidora **FRANCISCA DE QUEIROZ VIANA RIBEIRO**, matrícula 200166684, para Assistente Técnico, e relatar no Gabinete da Comissão Permanente de Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia, a contar de 03 de junho de 2019.

Porto Velho, 11 de junho de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2839/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

E X O N E R A R

GUSTAVO RODRIGUES LOPES, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-26, do Gabinete da 4ª Secretaria –Deputado Edson Martins, a contar de 1º de junho de 2019.

Porto Velho, 10 de junho de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2851/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

E X O N E R A R

JOSE MARIA CARNEIRO DA SILVA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-30, no Gabinete do Deputado Jair Montes, a contar de 1º de junho de 2019.

Porto Velho, 10 de junho de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2966/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

A L T E R A R

A referencia do Cargo em Comissão do Servidor **JOSE REGINALDO DOS SANTOS**, matrícula 200166038, Assistente Parlamentar, para código ASP-24, no Gabinete do Deputado Luizinho Goebel, a contar de 03 de junho de 2019.

Porto Velho, 12 de junho de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2883/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

N O M E A R

JOSIANE PAIA CARDOSO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-12, no Gabinete do Deputado Ismael Crispin, a contar de 03 de junho de 2019.

Porto Velho, 11 de junho de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2879/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

N O M E A R

JULIANA RODRIGUES DA SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-12, no Gabinete do Deputado Dr. Neidson, a contar de 03 de junho de 2019.

Porto Velho, 11 de junho de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2906/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

E X O N E R A R

KEROLAYNE NAGATA GARCIA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-21, do Gabinete da Comissão Permanente de Finanças, Economia, Tributação, Orçamento e Organização Administrativa, a contar de 1º de junho de 2019.

Porto Velho, 12 de junho de 2019.

LAERTE GOMES **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2905/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

N O M E A R

LUIS FELIPE MIRANDA VARGAS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Secretário Executivo, código DGS-3, no Gabinete do Deputado Jhony Paixão, a contar de 03 de junho de 2019.

Porto Velho, 12 de junho de 2019.

LAERTE GOMES **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2755/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

E X O N E R A R

MAIRA BENARROSH MACEDO, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-12, do Gabinete do Deputado Anderson Pereira, a contar de 1º de junho de 2019.

Porto Velho, 03 de junho de 2019.

LAERTE GOMES **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2756/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

E X O N E R A R

MARCIA APARECIDA PEREIRA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Especial de Gabinete, código DGS-3, do

Gabinete do Deputado Anderson Pereira, a contar de 1º de junho de 2019.

Porto Velho, 03 de junho de 2019.

LAERTE GOMES **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2728/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

E X O N E R A R

MARCIO CARDOSO DE LIMA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-12, do Gabinete do Deputado Dr. Neidson, a contar de 22 de maio de 2019.

Porto Velho, 30 de maio de 2019.

LAERTE GOMES **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2733/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

E X O N E R A R

MARCOS CEZAR FERNANDES PAIVA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-12, do Gabinete do Deputado Cirone Deiró, a contar de 1º de junho de 2019.

Porto Velho, 03 de junho de 2019.

LAERTE GOMES **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2961/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

A L T E R A R

A referencia do Cargo em Comissão do Servidor **MARCOS OLIVEIRA DE MATOS**, matrícula 200166344, Assistente Técnico, para código AST-28, no Gabinete da Comissão Permanente de Esporte Turismo e Lazer, a contar de 03 de junho de 2019.

Porto Velho, 12 de junho de 2019.

LAERTE GOMES **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2859/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

N O M E A R

MARDELISIA SILVA SIMONE DOS SANTOS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-12, no Gabinete da Comissão Permanente de Finanças, Economia, Tributação, Orçamento e Organização Administrativa, a contar de 03 de junho de 2019.

Porto Velho, 11 de junho de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2863/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

A L T E R A R

A referencia Cargo em Comissão da Servidora **MARIA RITA DO PERPETUO SOCORRO ARAUJO SOARES**, matrícula 200167088, Assistente Técnico, para o código AST-22, do Gabinete da Comissão Permanente de Finanças, Economia, Tributação, Orçamento e Organização Administrativa, a contar de 03 de junho de 2019.

Porto Velho, 11 de junho de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2840/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

A L T E R A R

A referencia do Cargo em Comissão do Servidor **MICHEL BENICIO SOUSA**, matrícula 200165973, Assessor Parlamentar, para o Código AP-25, do Gabinete do Deputado Alex Redano, a contar de 03 de junho de 2019.

Porto Velho, 10 de junho de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2748/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

E X O N E R A R

NATAN DANTAS FERREIRA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-30, da Divisão de Expediente e Controle, do Departamento Legislativo, a contar de 1º de junho de 2019.

Porto Velho, 03 de junho de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2860/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

N O M E A R

NILSON CORDEIRO CORREA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-12, no Gabinete da Comissão Permanente de Finanças, Economia, Tributação, Orçamento e Organização Administrativa, a contar de 03 de junho de 2019.

Porto Velho, 11 de junho de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2967/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

N O M E A R

PEDRO BASILIO DE SOUZA JUNIOR, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Militar, Ref. ASM, na Secretaria de Segurança Institucional, a contar de 03 de junho de 2019.

Porto Velho, 12 de junho de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2809/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

A L T E R A R

O Cargo em Comissão da Servidora **PRISCILA NOGUEIRA MELGAR**, matrícula 200166079, para Chefe de Gabinete do Deputado Jhony Paixão, Código DGS-1, a contar de 03 de junho de 2019.

Porto Velho, 06 de junho de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2868/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

N O M E A R

RAFAEL JOSE FONSECA BARBOSA, para exercer o Cargo de Provisão em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-15, no Gabinete do Deputado Edson Martins, a contar de 03 de junho de 2019.

Porto Velho, 11 de junho de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2904/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

N O M E A R

REBECA THAINARA AQUINO DOMINGOS, para exercer o Cargo de Provisão em Comissão de Assessor Técnico, código AT-22, no Gabinete da 4ª Secretaria – Deputado Edson Martins, a contar de 03 de junho de 2019.

Porto Velho, 12 de junho de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2770/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

A L T E R A R

A referência do Cargo em Comissão do Servidor **RENE SA DE ANDRADE**, matrícula 200166617, Assessor Técnico, para o Código AT-30, do Gabinete da Comissão Permanente de Defesa

dos Direitos da Criança, do Adolescente, da Mulher e do Idoso, a contar de 03 de junho de 2019.

Porto Velho, 03 de junho de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2864/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

A L T E R A R

A referência Cargo em Comissão do Servidor **RONALDO DAVI ALEVATO FILHO**, matrícula 200167180, Assistente Técnico, para o código AST-18, do Gabinete da Comissão Permanente de Finanças, Economia, Tributação, Orçamento e Organização Administrativa, a contar de 03 de junho de 2019.

Porto Velho, 11 de junho de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2737/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

E X O N E R A R

ROSINALVA SODRE DA SILVA LOPES, do Cargo de Provisão em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-12, no Gabinete do Deputado Ismael Crispin, a contar de 1º de junho de 2019.

Porto Velho, 03 de junho de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2829/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

N O M E A R

SABRINA PASSOS GOMES, para exercer o Cargo de Provisão em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-12, no Gabinete da 2ª Secretaria, Deputado Dr. Neidson, a contar de 03 de junho de 2019.

Porto Velho, 07 de junho de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2862/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

N O M E A R

TAYNARA SANTOS SALES SAITA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-12, no Gabinete da Comissão Permanente de Finanças, Economia, Tributação, Orçamento e Organização Administrativa, a contar de 03 de junho de 2019.

Porto Velho, 11 de junho de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2861/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

N O M E A R

TIBERIO CARDOSO DE OLIVEIRA NETO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-12, no Gabinete da Comissão Permanente de Finanças, Economia, Tributação, Orçamento e Organização Administrativa, a contar de 03 de junho de 2019.

Porto Velho, 11 de junho de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2907/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

N O M E A R

VALTER VASQUEZ CASTRO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-21, no Gabinete da Comissão Permanente de Finanças, Economia, Tributação, Orçamento e Organização Administrativa, a contar de 03 de junho de 2019.

Porto Velho, 12 de junho de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2740/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

E X O N E R A R

VINICIUS MERELES EREIRA NOBRE, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-29, do Departamento de Almoxarifado e Patrimônio, a contar de 1º de junho de 2019.

Porto Velho, 03 de junho de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2869/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

N O M E A R

WALTER DOS SANTOS JUNIOR, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-12, no Gabinete do Deputado Edson Martins, a contar de 03 de junho de 2019.

Porto Velho, 11 de junho de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2919/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 12 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve;

R E L O T A R

ANTONIO DELNIR MARTINS LIMA, matrícula nº. 100003393, ocupante do Cargo de Técnico Legislativo, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Casa Legislativa, na Escola do Legislativo, a partir de 31 de maio de 2019.

Porto Velho, 12 de junho de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2992/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 12 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve;

R E L O T A R

CARLOS VINICIUS PARRA MOTTA, matrícula nº. 100016685, ocupante do Cargo de Técnico Legislativo, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Casa Legislativa, no Gabinete da Deputada Cassia Muleta, a partir de 10 de junho de 2019.

Porto Velho, 17 de junho de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº 2918/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 12 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve;

R E L O T A R

JOSÉ RIBAMAR DE CARVALHO LAGO NETO, matrícula nº. 100008153, ocupante do Cargo de Assistente Técnico Legislativo, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Casa Legislativa, na Escola do Legislativo, a partir de 11 de junho de 2019.

Porto Velho, 12 de junho de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

SECRETARIA GERAL

ATO DA SECRETARIA GERAL Nº 016/2019- SG

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, com base no inciso XV do § 1º do Art. 15 do Ato nº 09/2015- MD/ALE, de 11 de novembro de 2015,

R E S O L V E:

Art. 1º - Suspender o expediente externo nos setores Administrativos da Assembleia Legislativa, no período compreendido entre os dias 22 a 26 de julho de 2019, retornando ao expediente normal dia 29 de julho de 2019.

Este Ato entra em vigor no dia de sua publicação.

Porto Velho, 24 de junho de 2019.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário Geral- ALE/RO

De acordo

DEP. LARTE GOMES
Presidente - ALE/RO

SECRETARIA LEGISLATIVA

ATO Nº 016/2019-LEG/ALE
republicado por incorreções

Institui e nomeia membros para compor Comissão Especial com o objetivo de organizar os Eventos em Comemoração aos 36 anos da Constituição do Estado, promulgada pela Assembleia Estadual Constituinte no dia 06 de agosto de 1983.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO, no uso de suas atribuições regimentais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Instituir a Comissão Especial Temporária com o objetivo de organizar os eventos em Comemoração dos 36 anos da Constituição do Estado, promulgada pela Assembleia Estadual Constituinte no dia 06 de agosto de 1983.

Art. 2º. Para compor a referida comissão, ficam nomeados os seguintes membros:

- a) DEPUTADO ISMAEL CRISPIN – Presidente
- b) JANE ESTER SIQUEIRA LEMOS - Coordenadora
- c) CELENE GOMES DE SOUSA – Subcoordenadora
- d) HELDER RISLER DE OLIVEIRA – Membro
- e) PAULO AYRES DE ALMEIDA – Membro
- f) DALMYR FIGUEIREDO GOMES JUNIOR - Membro
- g) ELÁINE REGINA PEREIRA MAIA - Membro
- h) JOSJANE MICHELA ARAÚJO BARBOSA - Membro
- i) MARIANA TOLEDO DO AMARAL - Membro
- j) LUIZ GONÇALVES FILHO - Membro
- k) WILLIAM CESAR SESTITO RIBEIRO - Membro
- l) FABIO RIBEIRO MENNA BARRETO - Membro

Art. 3º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência, 24 de junho de 2019.

Deputado LAERTE GOMES
Presidente – ALE/RO

ATO Nº 004/2019-MD/ALE

Institui o Regulamento do Concurso para escolha da Bandeira Oficial da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, considerando a aprovação pela Comissão Especial especialmente designada, da programação relativa às comemorações da promulgação da Primeira Constituição do

Estado de Rondônia; e, ainda, considerando edição de Resolução regulamentando o aludido evento, resolve instituir o Concurso de Redação, observada as instruções a seguir:

Art. 1º. A Bandeira Oficial da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, deverá conter rigorosamente as cores contidas na Bandeira do Estado de Rondônia.

Art. 2º. Poderão participar do Concurso concorrentes em âmbito nacional, desde que atendidos os requisitos constantes no presente regulamento.

Art. 3º. Serão admitidos no presente Concurso, até 2 (dois) trabalhos por concorrente.

Art. 4º. Os trabalhos devem ser apresentados em arquivo digital e com cópia impressa, segundo as seguintes especificações:

I - modelo da bandeira, com tamanho correspondente a dois panos 90cm (noventa centímetros) de altura por 1m28cm (um metro e vinte e oito centímetros) de comprimento;

II - memorial descritivo do projeto (defesa); e

III - esquema de construção (grade modular).

Art. 5º. A inscrição efetivar-se-á com a entrega do trabalho, em invólucro fechado, observados, os seguintes requisitos:

I - o trabalho deverá ser entregue em envelope lacrado, sem qualquer identificação de nome;

II - ato contínuo, a Comissão Especial procederá a fixação externa da identificação do candidato, conforme formato oficial e anotará um número de inscrição no envelope e na ficha respectiva;

III - será emitido um protocolo de recebimento, contendo o número de inscrição;

IV - período de inscrições de 1º a 22 de julho de 2019;

V - processamento de avaliação dos trabalhos, no período de 23 a 24 de julho de 2019;

VI - publicação de trabalhos não acolhidos pela Comissão julgadora será no dia 25 de julho de 2019;

VII - prazo para recurso de trabalhos desclassificados será no período de 26 a 29 de julho de 2019, com a designação de um relator especial para cada requerimento; e

VIII - anúncio oficial do Concurso de escolha da Bandeira, com publicação no Diário Oficial da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, será no dia 31 de julho de 2019.

Art. 6º. Serão recepcionados pela Comissão Especial, também os trabalhos enviados pelos Correios, desde que observado rigorosamente o contido no presente regulamento.

Parágrafo único. Em hipótese alguma serão acolhidos trabalhos por meio eletrônico.

Art. 7º. Para efetivar o julgamento dos trabalhos apresentados, será constituída uma Comissão Julgadora, de forma reservada, composta por 3 (três) membros e um Presidente.

I - todos os trabalhos apresentados ficarão sob a guarda do Presidente da Comissão Julgadora;

II - por ocasião do repasse dos trabalhos para análise dos membros da Comissão Julgadora, antecipadamente, um membro da Comissão Especial deverá vistoriar a inviolabilidade de todos os envelopes (padronizados), contendo os trabalhos;

III - na presença do membro da Comissão Especial e de todos os membros da Comissão Julgadora, procederá a retirada da ficha de inscrição, anexada aos envelopes;

IV - o julgamento avaliará se os critérios estabelecidos foram cumpridos, e ainda, quanto a criatividade do trabalho, a clareza no desenvolvimento das ideias, e a coesão entre as medidas da Bandeira, memorial descritivo do projeto e o esquema de construção;

V - os membros da Comissão Julgadora farão a análise dos trabalhos, de forma isolada, atribuindo nota de 1 a 10;

VI - a Comissão Julgadora é soberana para eleger, dentre os trabalhos desenvolvidos, os três melhores, conforme metodologia que julgar adequada, respeitando-se os critérios de julgamento citados; e

VI - caberá ao Presidente da Comissão Julgadora, o trabalho de coordenação das atividades, e ao final, em conjunto com os demais membros, proceder a classificação, e só posteriormente efetivar a identificação do concorrente.

Art. 8º. Fica estabelecida a seguinte premiação, para o Concurso de escolha da Bandeira Oficial da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia:

I - primeiro lugar: R\$ 4.000,00;

II - segundo lugar: R\$ 2.000,00; e

III - terceiro lugar: R\$ 1.000,00.

Art. 9º. Estão impedidos de participar do Concurso, trabalhos de participantes, que tenham parentes em linha reta, colateral ou afim, até o terceiro grau, de servidores detentores de cargo de direção junto a Assembleia Legislativa, ou ainda, de membros da Comissão Especial, ou da Comissão Julgadora.

Art. 10. Serão desclassificados os trabalhos que não se enquadrarem no tema ou nas especificações deste Ato, bem como, aqueles decorrentes de plágio ou fraude, e ainda, os enviados em desconformidade com os dados de inscrição.

Art. 11. Não haverá devolução de trabalhos.

Art. 12. Serão fornecidos certificados relativos à classificação do candidato, até a décima colocação, valendo, para tal fim, os resultados deliberados pela a Comissão Julgadora.

Art. 13. A inscrição no Concurso implica autorização tácita do autor ou do responsável legal, para utilização, a título universal, definitivo e gratuito, ao público em geral, de todo e qualquer tipo de comunicação, divulgação, veiculação e publicidade/promoção relativamente ao seu nome, imagem, voz e trabalho produzido, em qualquer meio, incluindo eletrônicos e na internet, desde que vinculado ao Concurso de escolha da Bandeira Oficial da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, constante do presente regulamento.

Art. 14. Fica implícito ao se efetivar a inscrição, que o candidato concorrente, concorda com a cessão dos direitos autorais do trabalho apresentado.

Art. 15. Os casos omissos serão analisados pela Comissão Especial, devendo ser escolhido um relator para o caso específico.

Art. 16. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência, 25 de junho de 2019.

Deputado LAERTE GOMES
Presidente – ALE/RO

Dep. ROSÂNGELA DONADON
1ª Vice-Presidente

Deputada CÁSSIA MULETA
2ª Vice-Presidente

Dep. ISMAEL CRISPIN
1º Secretário

Deputado Dr. NEIDSON
2º Secretário

Dep. GERALDO DA RONDÔNIA
3º Secretário

Deputado EDSON MARTINS
4º Secretário

ATO Nº 005/2019-MD/ALE

Institui o Regulamento do Concurso de Redação, alusivo as comemorações da promulgação da Primeira Constituição do Estado de Rondônia.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, considerando a aprovação pela Comissão Especial especialmente designada, da programação relativa às comemorações da promulgação da Primeira Constituição do Estado de Rondônia; e, ainda, considerando edição de Resolução regulamentando o aludido evento, resolve instituir o Concurso de Redação, observada as instruções a seguir:

Art. 1º. O Concurso de redação versará sobre as seguintes temáticas, de caráter optativo:

I - os efeitos práticos da Constituição Federal e da Constituição do Estado de Rondônia no cotidiano da população;

II - principais desafios na atualidade das Assembleias Legislativas; e

III - a ação investigativa do Parlamento e sua contribuição no controle das ações de governo.

Art. 2º. O Concurso de Redação visa despertar nos estudantes, o interesse pelos temas relacionados ao controle social, ética e cidadania, por intermédio do incentivo à reflexão e ao debate desses assuntos nos ambientes educacionais.

Art. 3º. Podem participar do certame, estudantes regularmente matriculados, no ensino fundamental ou médio, de escolas públicas ou privadas, em âmbito Estadual.

Art. 4º. Será selecionado e premiado os três melhores trabalhos produzidos, atendendo aos níveis de escolaridade, específicos:

I - aluno (a) do ensino fundamental; e

II - aluno (a) do ensino médio.

Art. 5º. A inscrição efetivar-se-á com a entrega do trabalho digitado, observados, os seguintes requisitos:

I - texto digitado, fonte Arial, tamanho 12, espaçamento simples, com no mínimo 30 linhas e no máximo 60 linhas;

II - o trabalho deverá ser entregue em envelope lacrado, sem qualquer identificação de nome, estabelecimento de ensino e do município;

III - ato contínuo, a Comissão Especial procederá a fixação externa da identificação do candidato, conforme formato oficial e anotará um número de inscrição no envelope e na ficha respectiva;

IV - será emitido um protocolo de recebimento, contendo o número de inscrição;

V - o período de inscrição será de 1º a 17 de julho de 2019;

VI - processamento de correção dos trabalhos, no período de 18 a 24 de julho de 2019;

VII - publicação de trabalhos não acolhidos pela Comissão julgadora será no dia 25 de julho de 2019;

VIII - prazo para recurso de trabalhos desclassificados será no período de 26 a 29 de julho de 2019, com a designação de um relator especial para cada requerimento; e

IX - Anúncio oficial do Concurso de Redação, com publicação no Diário Oficial da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, será no dia 31 de julho de 2019.

Art. 6º. Serão recepcionados pela Comissão Especial, também trabalhos enviados pelo Correios, desde que observado rigorosamente o contido no presente regulamento.

Parágrafo único. Em hipótese alguma serão acolhidos trabalhos por meio eletrônico.

Art. 7º. Para efetivar o julgamento dos trabalhos apresentados, será constituída uma Comissão Julgadora, de forma reservada, composta por 3 (três) membros e um Presidente.

I - todos os trabalhos apresentados ficarão sob a guarda do Presidente da Comissão Julgadora;

II - por ocasião do repasse dos trabalhos para análise dos membros da Comissão Julgadora, antecipadamente, um membro da Comissão Especial deverá vistoriar a inviolabilidade de todos os envelopes (padronizados), contendo os trabalhos;

III - na presença do membro da Comissão Especial e de todos os membros da Comissão Julgadora, procederá a retirada da ficha de inscrição, anexada aos envelopes;

IV - no julgamento serão avaliados os critérios de pertinência ao tema escolhido, a criatividade do trabalho, coesão redacional, clareza no desenvolvimento das ideias, correção ortográfica e gramatical do texto e a coerência com o tema abordado;

V - os membros da Comissão Julgadora farão a análise dos trabalhos, de forma isolada, atribuindo nota de 1 a 10;

VI - a Comissão Julgadora é soberana para eleger, dentre os trabalhos desenvolvidos, os 3 (três) melhores de cada categoria, conforme metodologia que julgar adequada, respeitando-se os critérios de julgamento citados; e

VII - caberá ao Presidente da Comissão Examinadora, o trabalho de coordenação das atividades, e ao final, em conjunto com os demais membros, proceder a classificação, e só posteriormente efetivar a identificação do concorrente.

Art. 8º. Fica estabelecida a seguinte premiação, para o Concurso de Redação, envolvendo estudantes do ensino fundamental:

I - primeiro lugar: R\$ 3.000,00;

II - segundo lugar: R\$ 2.000,00; e

III - terceiro lugar: R\$ 1.000,00.

Art. 9º. Fica estabelecida a seguinte premiação, para o Concurso de Redação, envolvendo estudantes do ensino médio:

I - primeiro lugar: R\$ 3.000,00;

II - segundo lugar: R\$ 2.000,00; e

III - terceiro lugar: R\$ 1.000,00.

Art. 10. Estão impedidos de participar do Concurso, trabalhos de estudantes que tenham parentes em linha reta, colateral ou afim, até o terceiro grau, de servidores detentores de cargo de direção junto a Assembleia Legislativa, ou ainda, de membros da Comissão Especial, ou da Comissão Julgadora.

Art. 11. Serão desclassificados os trabalhos que não se enquadrarem no tema ou nas especificações deste Ato, bem como, aqueles decorrentes de plágio ou fraude, e, ainda, os enviados em desconformidade com as exigências do regulamento.

Art. 12. Não haverá devolução de trabalhos às escolas e/ou aos estudantes.

Art. 13. Serão fornecidos certificados relativos à classificação do candidato, valendo, para tal fim, os resultados deliberados pela Comissão Julgadora, até a décima classificação.

Art. 14. A inscrição no Concurso implica autorização tácita do autor ou do responsável legal, para utilização, a título universal, definitivo e gratuito, ao público em geral, de todo e qualquer tipo de comunicação, divulgação, veiculação e publicidade/promoção relativamente ao seu nome, imagem, voz e trabalho produzido, em qualquer meio, incluindo eletrônicos e na internet, desde que vinculado ao Concurso de Redação, constante do presente Regulamento.

Art. 15. A proclamação do resultado será no dia 31 de julho de 2019.

Art. 16. Os casos omissos serão analisados pela Comissão Especial, devendo ser escolhido um relator para o caso específico.

Art. 17. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete da Presidência, 25 de junho de 2019.

Deputado LAERTE GOMES
Presidente – ALE/RO

Dep. ROSÂNGELA DONADON
1ª Vice-Presidente

Deputada CÁSSIA MULETA
2ª Vice-Presidente

Dep. ISMAEL CRISPIN
1º Secretário

Deputado Dr. NEIDSON
2º Secretário

Dep. GERALDO DA RONDÔNIA
3º Secretário

Deputado EDSON MARTINS
4º Secretário

SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES

ADENDO ESCLARECEDOR Nº 001
Pregão Eletrônico nº 008/2019/PPP/ALE/RO
Processo Administrativo nº 00825/2019-29

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia – ALE/RO, através da Comissão Especial de Licitação - CEL, designada através do ATO Nº 0221/2019-SRH/P/ALE, no uso de suas atribuições legais, torna público para o conhecimento dos interessados que Edital, tendo como finalidade a **Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de ar condicionado com tecnologia VRF, controle de fumaça por pressurização das escadas de emergência, ventilação e exaustão mecânica e de Unidades de Tratamento de Ar (UTA's), com recuperadores de calor, instalados no Edifício da ALE/RO, com fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos e materiais de consumo**, em face de pedido de esclarecimento, informamos o adiante segue.

DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:

Para Atendimento ao Item 10.4.1 – Letra d. Será aceito somatório de atestado? E se sim, será aceito a somatória para atendimento ao item em um tudo?

A legalidade da vedação ou limitação da somatória de atestados dependerá do objeto a ser licitado. A questão é identificar se o objeto a ser contratado se caracteriza por **unidade ou é indissociável**.

Ocorre que muitas vezes a complexidade do objeto é mediante a dimensão quantitativa. Exemplo clássico é fornecido por Marçal Justen Filho no qual cita que uma ponte de mil metros é diferente de duas de quinhentos metros. Neste caso, consideramos correta a vedação de somatória de atestados. Já para uma contratação de escritório de advocacia para a execução de mil peças processuais ano, a soma é cabível. Não há necessidade do licitante em comprovar que executou quinhentas peças em única contratação (considerando 50% dos quantitativos). Nesse passo, a soma dos atestados demonstrará que a mesma é capaz e possui estrutura para execução de quinhentas peças no ano. Há vasta jurisprudência na Corte de Contas da União a respeito:

“com relação à proibição da soma de quantitativos de contratos distintos, não vislumbro prejuízo. É usual o estabelecimento de limites, com o intuito de evitar que a adição de quantitativos irrisórios venha a amparar experiência inexistente no curriculum do licitante. Apenas excepcionalmente, em razão da natureza dos serviços, tal medida poderia ser restritiva.” (Acórdão nº 2.088/2004m Plenário, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues)

6. A vedação ao somatório de atestados, para o fim de comprovação da capacidade técnico-operacional, deve estar restrita aos casos em que o aumento de quantitativos acarretarem, incontestavelmente, o aumento da complexidade técnica do objeto ou uma desproporção entre quantidades e prazos de execução, capazes de exigir maior capacidade operativa e gerencial da licitante e ensejar potencial comprometimento da qualidade ou da finalidade almejada na contratação, devendo a restrição ser justificada técnica e detalhadamente no respectivo processo administrativo.

Representação acerca de pregão eletrônico conduzido pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), para contratação de fornecimento e instalação de equipamentos e execução de serviços de adequação da climatização da sala de embarque do aeroporto Santos Dumont (RJ), questionara item do edital que vedava o somatório de atestados de capacidade técnico-operacional para se atingir o valor mínimo da parcela de carga térmica estabelecido. Para a representante, “a vedação do somatório de atestados representou exigência desarrazoada e frustrou o caráter competitivo do certame”. O relator observou inicialmente que “a questão da possibilidade de somatório dos atestados para comprovação de quantitativos mínimos deve ser averiguada caso a caso”. Em relação ao caso em exame, destacou o relator, entre outros aspectos, a “magnitude da intervenção exigida dos concorrentes no sistema de climatização do aeroporto – execução em quantitativos superiores, maior capacidade operativa, aumento da complexidade técnica e da capacidade gerencial”, que, no seu entender, não demonstrariam ser desproporcional a capacidade térmica mínima exigida. A fim de elucidar a questão, relembrou o relator o Acórdão 2.150/2008-Plenário, que determinara a órgão jurisdicionado que “somente limite o somatório de quantidades de atestados para a comprovação de capacidade técnico-operacional dos editais nos casos em que o aumento de quantitativos do serviço acarretarem, incontestavelmente, o aumento da complexidade técnica do objeto ou uma desproporção entre as quantidades e prazos para a sua execução, capazes de ensejar maior capacidade operativa e gerencial da licitante e de potencial comprometimento acerca da qualidade ou da finalidade almejada na contratação da obra ou serviços”. Ao concluir que não houve restrição ao caráter competitivo do certame, ponderou o relator que a Infraero deveria ser alertada “sobre a necessidade de maior detalhamento das informações técnicas sobre não aceitação do somatório dos atestados, a fim de evidenciar claramente a necessidade dessa medida e evitar dúvidas aos licitantes, até porque a não aceitação deve ser empregada em situações restritas”. Diante do exposto, o Tribunal julgou a Representação improcedente e emitiu ciência à Infraero, nos termos propostos pela relatoria. Acórdão 7105/2014-Segunda Câmara, TC 025.867/2014-8, relator Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, 18.11.2014.

O Sistema de ar condicionado com renovação de ar exterior é do tipo expansão direta com fluxo de refrigerante variável, composto por diversos equipamentos e circuitos de refrigeração. Estes sistemas de climatização estão sendo monitorados por

uma única Central de controle que faz a gestão da operação e manutenção. Existe uma preocupação com o monitoramento e gerenciamento da operação do sistema juntamente com a concepção de manutenção preditiva, preventiva e corretiva e não somente de fazer reparos, troca de peças, limpeza e higienização, por isso a preocupação em se ter uma empresa com profissional técnico qualificado e devidamente certificado para atuar no processo de gestão, monitoramento e controle.

Além do sistema de climatização, possuímos o controle de fumaça por pressurização de escadas, sistemas de exaustões mecânicas, sistema de compensações de ar exterior e recuperação de energia com recuperadores de calor sensível e latente com aplicação de rodas entálpicas que funcionam conjuntamente com as unidades de tratamento de ar que por sua vez atendem e fazem o controle de temperatura e umidade das áreas de grandes como o Plenário e Auditório.

A administração da ALE/RO não está exigindo a comprovação de quantidades que sejam desarrazoadas ou desproporcionais ao serviço objeto da licitação, simplesmente, definiu as suas exigências de qualificação técnica de acordo com as características técnicas e quantitativas do conjunto de atividades a serem realizadas diariamente pela vencedora da licitação.

Além disso, não houve quebra do princípio da competitividade uma vez que, visando atender ao interesse público, a administração decidiu exigir que as empresas participantes comprovassem possuir experiência mínima relacionada à execução dos serviços de operação, manutenção preventiva e corretiva do sistema de Ar Condicionado com tecnologia VRF, controle de fumaça por pressurização das escadas de emergência, ventilação e exaustão mecânica do banheiros, e de Unidades de Tratamento de AR (Uta's) com recuperadores de calor do tipo roda entálpica incorporada ao sistema com características compatíveis com o objeto da licitação. O professor Joel Niebhur¹, apresenta o seguinte ensinamento que o princípio da competitividade:

1 NIEBUHR, Joel de Menezes. **Pregão Presencial e Eletrônico**. 5ª Ed. Curitiba: Zênite, 2008

"É no âmbito do princípio da competitividade que operam em licitação pública os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Ocorre que tais princípios oferecem os parâmetros para decidir se determinada exigência ou formalidade é compatível ou não com o princípio da competitividade. Sobretudo, deve-se atentar ao bom senso, bem como à proporção entre as exigências a serem realizadas e o objeto licitado, especialmente no momento de se definir as exigências para a habilitação."

Portanto, considerando o entendimento do TCU somente em casos excepcionais será possível restringir o somatório de atestados para efeito de comprovação de qualificação técnica. Trata-se dos casos em que a complexidade do objeto decorre da sua dimensão quantitativa. Nesse caso, não terá cabimento o somatório de atestados, visto que a execução sucessiva de objetos de pequena dimensão não capacita, necessariamente, a empresa para a execução de objetos maiores.

Do Edital: - ITEM 20.11. Houve a inclusão do ANEXO – IX - **RELAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DO SISTEMA DE AR CONDICIONADOS INSTALADOS.**

Em face da inclusão do ANEXO IX, fica reaberto o prazo inicialmente estabelecido nos termos do Art. 21, § 4º, da Lei Federal nº 8.666/93, logo, a sessão inaugural dar-se-á no dia **09 de julho de 2019, às 09h00.**

Porto Velho – RO, 25 de junho de 2019.

Everton José dos Santos Filho
Pregoeiro ALE/RO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 009/2019/PPP/ALE/RO
Processo Administrativo nº 005740/2019-66

Em atendimento ao disposto no inciso IV do Art. 7º do Decreto Federal nº 3.555/2000 e inciso VI do art. 8º do Decreto Federal nº 5.450/2005 **HOMOLOGO** o procedimento da licitação supracitada que tem por finalidade o **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios e outros**, a pedido do **Departamento de Cerimonial**, para atender as necessidades da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, em que se sagrou vencedora do certame a empresa **ROAD COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **05.555.440/0001-29**, dos lotes 01, 02, 03 e 04, no valor total de R\$ 20.799,00, por estar em conformidade com as normas legais, Lei nº 10.520/02, Decreto nº 3.555/00, Decreto nº 5.450/2005, Decreto nº 7.892/2013, Resolução ALE 152/2007 e Lei nº 8.666/93.

Porto Velho/RO, 25 de junho de 2019.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário Geral/ALE/RO